

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Devedor contumaz: Fazenda e relator chegam a acordo.....	4
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Analistas estão de olho em despesas de 2025.....	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Teses sobre base de cálculo de tributos no STF podem custar R\$ 118,9 bilhões à União	8
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
STJ valida prescrição de multa aduaneira.....	10
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Cálculo da Cide-Royalties e a inclusão do IRRF - OPINIÃO JURÍDICA.....	11
A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Empresas usufruíram R\$ 32,9 bi, diz Receita.....	13
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Contribuintes usufruíram R\$33 bi.....	14
DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Aposentadoria especial (Artigo).....	15
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Saiba o que não conta para sua aposentadoria.....	16
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Relator incluirá poder de veto em relação a devedor.....	17
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL SEGURIDADE SOCIAL	
Plano de Kamala prevê arrecadar US\$ 63 tri em 10 anos taxando ricos.....	18
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS só vai ter concurso para nível superior.....	20
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
União fecha mais dois novos acordos salariais - SERVIDOR.....	22
FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
OAB-SP quer mudança no pagamento dos atrasados do INSS; entenda.....	23
G1 - NACIONAL - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	

Lula arrecada muito no 3º mandato? E os gastos? Veja a comparação entre governos.....	25
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BAHIA SERVIDOR PÚBLICO	
Grupo responsável por fraude tributária vira alvo da polícia.....	27
FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Planejamento sucessório: a hora é mesmo agora?.....	29
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Com taxa de 28%, Brasil pode ter maior imposto do mundo sem arrecadar mais.....	31
PORTAL UOL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Burocracia trava investimento de R\$ 100 bi em data centers só em SP, diz CEO da CPFL (Energia Limpa)	33
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Julgamentos do STF sobre base de cálculo de tributos podem custar R\$ 118,9 bilhões à União	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Mineração impulsiona economia com faturamento de R\$ 129,5 bi no 1º semestre.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Avanço das bets e endividamento freiam alta maior no consumo, avalia varejo.....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - MEIOS DE PAGAMENTO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Comércio amplia receitas com cashback'.....	40
A GAZETA - MT - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Custo Brasil: o preço que pagamos.....	42
DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Orçamento de 2025 está 'mais equilibrado' que o atual, diz Haddad.....	43
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Haddad: arrecadação maior que a prevista permitirá cumprir meta.....	44
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Prévia da inflação desacelera para 0,19% em agosto.....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA ECONOMIA	
IPCA-15 tem alta de 0,19%, com alívio em serviços.....	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
País vai levar mais tempo para ter metade de idosos e crianças.....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	

Após meses de pressão, serviços dão alívio na prévia da inflação de agosto.....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Projeto orçamentário de 2025 é mais confortável que atual, diz Haddad.....	51
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Incerteza sobre próximos passos da Selic aumenta.....	52
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"BC não precisa elevar juro para ganhar credibilidade".....	53
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"A coisa certa a se fazer no momento é subir a Selic".....	55
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Bancos estão relativamente otimistas, apesar de incertezas.....	57
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Eleição nos EUA: pontos para o investidor observar - PALAVRA DO GESTOR.....	58
A GAZETA - MT - ECONOMIA ECONOMIA	
IPCA-15 revela preços de alimentos mais baratos.....	60
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar volta afechar acima dos R\$ 5,50.....	61
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA ECONOMIA	
Prévia da inflação de agosto tem alta de 0,19%.....	62
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SAQUE ANIVERSÁRIO	
Empresários pedem fim do saque-aniversário do FGTS.....	63

Devedor contumaz: Fazenda e relator chegam a acordo

VICTORIA ABEL BRASILIA

Relator do projeto de lei na Câmara dos Deputados que estabelece critérios e punições para devedores contumazes, o deputado Danilo Forte (União-CE) afirmou que vai incluir na proposta o poder de veto das confederações empresariais à lista de devedores elaborada pela **Receita Federal**. A medida havia sido sugerida pelo Ministério da Fazenda e teve concordância do parlamentar.

Forte quer adicionar ao projeto mais critérios para que a **Receita Federal** estabeleça qual empresa merece ser punida, como histórico de pagamento de **impostos**, capital da empresa, comportamento dos sócios e como a companhia alcançou a dívida.

A expectativa do relator Danilo Forte é que o projeto seja votado depois das eleições de outubro.

O texto do projeto estabelece que poderá ser considerado devedor contumaz o contribuinte que tiver débitos tributários com a União acima de R\$ 15 milhões, sendo esse valor superior ao patrimônio da empresa, ou aquele com dívida acima de R\$ 15 milhões por mais de um ano.

- É a melhor saída, temos que punir quem quer levar vantagem disso (dever a União) -diz Forte.

Pelo desenho feito pelo governo, o poder de veto será dado às confederações empresariais de âmbito nacional, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional de Comércio e Serviços (CNC), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O deputado explica que, se a **Receita Federal** discordar do veto de confederações, terá que provar o dolo, ou seja, a culpa da empresa vetada. O parlamentar disse que, nesses casos, a Justiça poderá arbitrar as discordâncias.

O texto propõe punições, como o cadastro em uma lista de contribuintes com "nome sujo", a inabilitação do CNPJ e a impossibilidade de participar de licitações. Além disso, determina que o devedor contumaz, mesmo que pague suas dívidas, não será poupado da investigação no âmbito penal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Analistas estão de olho em despesas de 2025

Anais Fernandes De São Paulo

O governo entra na reta final da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 pressionado por medidas para recompor receitas extraordinárias de 2024 que não devem se repetir em 2025, mas, principalmente por estimativas mais realistas para as despesas previdenciárias e por detalhes sobre como pretende cortar gastos obrigatórios.

O PLOA tem até 30 de agosto, sexta-feira, para ser enviado pelo governo ao Congresso. Economistas e agentes do mercado estarão de olho em como o governo pretende fechar a conta de receitas e despesas para garantir a promessa de déficit zero no ano que vem.

Ítalo Franca, chefe de política fiscal e estudos especiais do Santander, diz acreditar que o governo vá mirar o centro da meta, e não o piso da banda de tolerância (déficit de 0,25% do **PIB**). "Se vier alguma coisa nesse sentido, será negativo."

O desafio para chegar ao déficit zero está mais dividido entre medidas para as receitas e as despesas em 2025 do que foi em 2024, observa Franca. "No ano passado, o foco era muito maior nas receitas. Para 2025, o foco fica mais nas despesas, que estão gerando desconfiância e deixando a percepção de risco fiscal mais pressionada."

Em evento na semana passada, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, reconheceu que "novas medidas de receita vão vir em intensidade menor que no ano passado". Ele disse ser preciso "que se siga com medidas do lado da despesa, mas sem tapar o sol com a peneira".

Entre as despesas, o mercado vai "imediatamente olhar" para as projeções da Previdência, diz Franca. "O governo colocou uma despesa de R\$ 980 bilhões [no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o PLDO], mas eu estimo que será perto de R\$ 1 trilhão", afirma Franca, acrescentando que lógica similar vale para o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a PLOA, mas o PLDO ainda não foi aprovado no Congresso.

"Previdência e BPC vão ser o fiel da balança [no PLOA] do ponto de vista das despesas. O pessoal vai olhar o crescimento de gastos obrigatórios e se ele é

crível. Vai ter pressão de ver qual número vão colocar e quais serão as medidas em cima disso", diz Franca.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, diz que há um consenso no mercado de que o nível de despesas discricionárias (não obrigatórias) que o atual governo "aguenta" é mais alto. "Se esse nível ficar muito baixo, vai sugerir que, se tiver de fazer uma escolha, o governo vai escolher mudar a meta de primário, e não operar com uma discricionária que pode criar problemas na execução da sua política pública."

Em relação a despesas obrigatórias, os economistas querem ver os detalhes do pente-fino em benefícios sociais que, de acordo com o governo, deve gerar uma economia permanente de R\$ 25,9 bilhões. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já antecipou que a medida será detalhada no PLOA de 2025. Os economistas também querem ver se haverá revisão de mecanismos e critérios de acesso a benefícios como o próprio BPC e o benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença).

"Eles estarão, pelo menos, tentando combater parte da pressão dos gastos. Quanto mais a gente vir o foco nessas linhas, melhor", afirma Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco.

Do lado das receitas, diz, os analistas vão observar se o governo trará novas medidas ou se vai "rolar" para 2025 a arrecadação não observada neste ano, por exemplo, com a mudança no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Segundo a própria **Receita Federal**, do início do ano à última quarta-feira (21), R\$ 87 milhões decorrentes das condições especiais de pagamento no órgão ingressaram nos cofres públicos - e é sabido que, até dezembro, outras quatro parcelas de R\$ 87 milhões devem entrar. É muito menos do que o estimado pelo governo para 2024, que já foi de R\$ 55,6 bilhões e está em R\$37 bilhões.

"Não estão arrecadando tanto nessa rubrica e, provavelmente, vão continuar revisando para baixo. Até sou um pouco mais otimista com o **Carf** para 2025, tenho previsão de R\$ 30 bilhões, mas o governo já tem R\$ 35 bilhões na LDO. Se subirem essa estimativa, geraria dúvida", diz Franca.

Haddad também já antecipou que o PLOA de 2025 vai prever um aumento na tributação do Juros sobre Capital Próprio (JCP) e da Contribuição Social sobre o

Lucro Líquido (CSLL).

"Estamos em um mundo em que, mesmo respeitando as regras do arcabouço, ele só é sustentável se a arrecadação crescer muito. Do ponto de vista do analista, seria melhor ter medidas de arrecadação recorrente. Mas a gente sabe que essa agenda está mais difícil de avançar", diz Schneider.

Segundo ele, são necessárias medidas que foquem mais distorções do que aumento de carga tributária. Schneider cita discussões sobre crédito presumido e a tributação de lucro e dividendos, parte do tema mais amplo da reforma da renda, que pode acabar ficando para depois, reconhece. O próprio Haddad disse, na semana passada, que o governo não tem intenção de usar a reforma da renda para fechar o Orçamento de 2025, mas sinalizou que ela será enviada ao Congresso ainda neste ano.

No fim, ainda que o governo pareça ir na direção correta de tentar algum controle das despesas, "pode ficar certa dúvida de como vai ser esse Orçamento", afirma Franca. Ele lembra que, durante a tramitação do ano passado, do projeto orçamentário à lei aprovada, houve aumento nas emendas, crescimento das despesas discricionárias e manutenção de gastos subestimados com a Previdência.

"Com os gastos de Previdência tendo essa alta, vai precisar de uma sinalização muito mais forte de medidas e legislações", diz Franca.

Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, não descarta novas tentativas da equipe econômica de flexibilizar o cálculo da receita corrente líquida (RCL) e/ou da receita líquida de **impostos** (RLI), de forma a reduzir a pressão sobre os gastos mínimos constitucionais com saúde e educação. "Ou também a aplicação de recursos do Fundeb como parte do mínimo de educação", diz. Esta alternativa, aponta, requer Proposta de Emenda à Constituição (PEC), mas Secemski lembra que a renovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) será necessária até o fim do ano também via PEC.

Além de despesas e receitas, o mercado estará de olho nos parâmetros adotados pelo governo na PLOA. "O mercado caminha para **PIB** maior neste ano, ao redor de 2,5%, mas avanço mais lento no ano que vem. Na LDO, o **PIB** estimado para 2025 é de 2,8%. O Focus tem 1,9%, e a gente, 1,5%", diz Franca.

A perspectiva de **PIB** maior em 2024 até gera frutos para 2025, ao elevar a base, diz Franca. "O problema é que não vamos ter algumas receitas extraordinárias que tivemos neste ano. Por isso, estimamos que o governo vai precisar buscar, pelo menos de receita,

uns R\$ 40 bilhões." Parte dessa diferença pode vir, por exemplo, de compensações que foram incluídas no projeto de lei aprovado no Senado para garantir a transição ao fim da desoneração da folha de pagamento de setores, aponta Franca. "Mas ainda não consegue cobrir essa diferença", afirma.

Leal de Barros diz acreditar que o governo ainda pretende atuar na restrição a créditos de PIS/Cofins, que foi alvo de medida provisória apresentada em junho, mas devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Além disso, o governo tenta antecipar algumas receitas de 2025 para fechar a conta de 2024, via, por exemplo, dividendos de BNDES e Petrobras, "mas o esforço para este ano joga um pouco contra o ano que vem", afirma Franca.

"Previdência e BPC vão ser o fiel da balança do ponto de vista das despesas" italo Franca

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187969?page=1§ion=1>

Teses sobre base de cálculo de tributos no STF podem custar R\$ 118,9 bilhões à União

Marcela Villar De São Paulo

Quatro discussões sobre exclusão de **tributos** do cálculo de outros **impostos** a serem definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) podem trazer um impacto fiscal de R\$ 118,9 bilhões para a União. A estimativa é da **Receita Federal** e consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. Uma delas, que trata da retirada do ISS da base do PIS e da Cofins, está pautada para hoje e pode comprometer a arrecadação em R\$ 35,4 bilhões.

As quatro controvérsias estão em repercussão geral, ou seja, a decisão impactará todas as ações semelhantes do Judiciário. No caso do ISS, os contribuintes estão confiantes pela similaridade com a "tese do século" - a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Porém, o placar nas chamadas "teses filhotes", julgadas no STF e Superior Tribunal de Justiça (STJ), é desfavorável.

Levantamento feito pelos escritórios Machado Associados e BVZ Advogados, a pedido do Valor, mostra que os contribuintes foram derrotados em quatro teses sobre **tributos** na base de **tributos** e venceram três nas Cortes superiores. Outros seis temas ainda serão julgados.

A principal vitória veio com a tese do século, em 2017. Os ministros definiram o conceito constitucional de faturamento e decidiram que o tributo estadual não deve ser inserido no cálculo para a cobrança das contribuições sociais por não configurar receita da empresa. Para a maioria, os valores do ICMS são meramente transitórios no caixa das companhias e têm como destino os cofres públicos (Tema 69).

As empresas tentam emplacares-se argumento na discussão do ISS, que é basicamente a mesma, mas trata do imposto municipal. O processo começou a ser julgado no Plenário Virtual em 2021, mas recomeçará do zero por um pedido de destaque do ministro Luiz Fux. Os votos dos ministros aposentados serão preservados, o que faz o placar oficial iniciar em três votos a zero contra a União. Os demais integrantes podem mudar de entendimento.

No Plenário Virtual, o placar estava empatado em quatro a quatro. Uma primeira linha adotada pelo relator, o ministro aposentado Celso de Mello, foi a

favor dos contribuintes. Ele foi acompanhado pelas ministras Cármen Lúcia, Rosa Weber e pelo ministro Ricardo Lewandowski. Já outra corrente, inaugurada por Dias Toffoli, foi a favor da Fazenda Nacional. Seguiram o voto dele os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso.

Faltavam apenas os votos de três ministros: Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux. Como Fux votou com os contribuintes e Mendes com a União na tese do século, em 2017, a decisão estaria, segundo tributaristas, nas mãos de Mendonça. Nunes Marques, embora não vote no julgamento de mérito porque sucedeu o antigo relator, assume a relatoria de eventuais embargos de declaração (Tema 118).

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que "tem trabalhado nessa temática, de forma muito séria" e "entende que o substancial voto do ministro Toffoli tratou adequadamente a questão, fazendo uma correta distinção entre os Temas 118 e 69".

Para Marcelo Montalvão, sócio do Ayres Britto Advocacia, que representa a Confederação Nacional dos Serviços (CNS) na ação do ISS no STF, o raciocínio entre as teses é a mesma. "Esse caso, inclusive, ficou sobrestado por algum tempo, porque o ministro relator, Celso de Mello, havia indicado a conexão entre eles", afirma.

"Tudo passa pelo conceito de receita ou faturamento, que ficou definido como ingresso de riqueza na pessoa jurídica que se incorpora ao seu patrimônio. O ISS, assim como o ICMS, não passa por essa categoria de riqueza porque são valores transitórios", diz ele, acrescentando ser preciso garantir "segurança jurídica".

Além desse caso, a tese que pode trazer o maior impacto para os cofres públicos é a da exclusão do PIS e da Cofins da sua própria base de cálculo. Um resultado negativo pode custar R\$ 65,7 bilhões para a Fazenda. O argumento dos contribuintes é similar, buscando não enquadrar os **tributos** no conceito de faturamento. Ainda não há previsão de ele ser incluído em pauta (Tema 1067).

Outro tema de relevância é a exclusão do PIS e da Cofins dos créditos presumidos do ICMS, tipo de

benefício fiscal concedido pelos Estados. Ele pode custar R\$ 16,5 bilhões à União.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu tema semelhante, em abril de 2023: a exclusão do IRPJ e da CSLL dos benefícios, de forma desfavorável aos contribuintes. A Lei nº 14.973/2023, porém, mudou a forma de tributação das subvenções para investimento, o que fez a decisão dos ministros ter efeito até o fim do ano passado. Juízes e desembargadores, contudo, têm afastado a eficácia da nova lei (Tema 1182).

Quando o STJ julgou esse tema, inclusive, uma liminar do ministro André Mendonça, relator da ação do PIS e da Cofins no Supremo, interrompeu a sessão e quase suspendeu o julgamento. Ao conceder a cautelar, Mendonça mencionou a "intrínseca relação" entre os casos, o que justificava a suspensão ou ineficácia do julgamento no STJ, pois eventual decisão na Corte poderia ficar em "dissonância" com o que o Supremo decidisse.

Cerca de uma semana depois, Mendonça reconsiderou a liminar pelo "montante pecuniário discutido". O processo foi destacado e não há previsão de inclusão na pauta (Tema 843).

Já a outra discussão é relativa à exclusão do PIS e da Cofins da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com impacto de R\$ 1,3 bilhão. Também não há previsão de julgamento (Tema 1186). Tanto o STF quanto o STJ julgaram casos similares, mas envolvendo o ICMS na base da CPRB. O desfecho foi desfavorável às empresas (Temas 1048 e 994).

"Embora a CPRB incida sobre a receita, prevaleceu o entendimento que não poderia ser aplicado o mesmo racional do Tema 69 [tese do século] por ausência de previsão legal", afirma o tributarista Renato Silveira, sócio do Machado Advogados.

Segundo ele, as discussões têm muito em comum o conceito constitucional de faturamento, que é a base de cálculo do PIS/Cofins. "São discussões que acabam tendo alguma relação com a tese do século, porque foram desenvolvidas a partir de premissas fixadas no Tema 69, mas não necessariamente terão o mesmo desfecho porque são matérias absolutamente controvertidas", diz. "O Supremo foi criando alguns distinguish", completa.

As estimativas de impacto da Receita são contestados pelos contribuintes. Pelo próprio anexo de riscos fiscais, as previsões, na maioria das vezes, consideram a perda total de arrecadação para aquele ano e cinco anos retroativos, período no qual

eventuais beneficiados podem pleitear na Justiça o reembolso dos **tributos** pagos a maior. Os números, diz o documento, representam "o máximo de impacto ao erário, que pode não se concretizar em sua totalidade".

Um estudo da Tendências Consultoria, por exemplo, previu impacto de R\$ 2,8 bilhões para a tese do ISS. Segundo João Leme, consultor em finanças públicas da consultoria, as estimativas fiscais só são concretizadas quando há o trânsito em julgado das ações (quando não cabe mais recurso). Eventual modulação, que limita o efeito do julgamento para o futuro, também pode reduzir esse rombo.

Ao contrário dos riscos macroeconômicos, as ações tributárias são riscos fiscais que o governo não tem tanta gerência. "Para riscos específicos, acaba não dependendo da atuação da União." De acordo com ele, a Portaria nº 68, de 2022, da Advocacia-Geral da União (AGU), é usada como parâmetro para medir os impactos, estimados pela Receita. "Se considera o número total de contribuintes e se faz uma estimativa de devolução dos últimos cinco anos. Então, sempre coloca na pior das hipóteses", afirma. Essa estimativa para cima, acrescenta, pode ser usada como argumentação para com os ministros, "o que gera pressão no órgão julgador".

Para Frederico Bastos do BVZ Advogados, o entendimento que prevalecer no caso do ISS provavelmente irá influenciar o julgamento dos demais temas ainda pendentes, tendo em vista a similaridade das discussões. "Há, ainda, grande expectativa dos contribuintes se haverá modulação dos efeitos da decisão e quais critérios que serão adotados no julgamento, tendo em vista o alto impacto tanto para os contribuintes como para os cofres públicos." Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187969>

STJ valida prescrição de multa aduaneira

Laura Ignacio De São Paulo

Uma decisão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu como válida a prescrição intercorrente de multa **aduaneira** aplicada à Air France. Essa espécie de prescrição acontece quando o processo administrativo passa três anos sem andamento e acaba por impedir a cobrança da penalidade.

No caso, a Air France e a Intercontinental Transportation foram multadas pela **Receita Federal** por, supostamente, não terem enviado no prazo todos os dados sobre a exportação de mercadorias. No caso da companhia de origem francesa, o valor original da causa é de cerca de R\$ 360 mil.

Na primeira instância e no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) a companhia aérea obteve decisão favorável, mas a União recorreu. A discussão jurídica era se a prescrição intercorrente se aplica a casos tributários e se a multa **aduaneira** tem natureza tributária.

O relator dos recursos, o ministro Francisco Falcão, havia votado contra as empresas, mas retificou seu voto. O ministro Mauro Campbell também alterou o voto em favor das companhias e os ministros Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos votaram no mesmo sentido dos demais (REsp 2002852).

A 1ª Turma do STJ já havia decidido, por unanimidade, a favor da aplicação da prescrição intercorrente nos casos de multa **aduaneira** (REsp 1999532).

Agora, segundo Paulo Ricardo Stipsky, sócio do escritório Di Ciero Advogados, que representou a Air France no processo, embora não haja uma decisão em recurso repetitivo, esta é a jurisprudência dominante da Corte. "Desde a decisão da 1ª Turma, os magistrados das instâncias inferiores já estavam decidindo nessa linha, de que a multa **aduaneira** não tem natureza tributária", diz o advogado.

De acordo com Tatiana Torres Zeller, sócia da área **aduaneira** do escritório Rolim, Goulart, Cardoso Advogados, o STJ está correto em aplicar a prescrição intercorrente ao julgamento das multas aduaneiras. Para ela, "há indubitável natureza administrativa e não tributária" nessa penalidade.

A advogada explica que, embora a aplicação da multa decorra, muitas vezes, do descumprimento de

obrigações acessórias, que auxiliam na fiscalização e arrecadação de **tributos**, ela decorre do poder de polícia da aduana. "É o controle aduaneiro não tem caráter arrecadatário, o bem tutelado é muito mais amplo e diz respeito à segurança da sociedade", afirma.

Para a especialista, ao contrário do que defende a Fazenda Nacional nos processos administrativos que discutem a aplicação de multas aduaneiras, se aplica a previsão contida na Lei nº 9.873, de 1999, e não as disposições da Súmula nº 11 do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Essa legislação estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela administração pública federal, enquanto a súmula do **Carf** prevê não ser aplicável a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não respondeu até o fechamento da edição. Não foi encontrado representante da Intercontinental Transportation para comentar a decisão.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187969>

Cálculo da Cide-Royalties e a inclusão do IRRF - OPINIÃO JURÍDICA

Leonardo Lucci é advogado da área tributária do escritório Gaia Silva Gaede Advogados

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Royalties) foi instituída pela Lei nº 10.168/2000 com o propósito de financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. Desde a sua criação, surgiram diversas questões relativas à sua aplicação, especialmente no que concerne à possibilidade de incidência dessa contribuição sobre o valor pago ao fornecedor no exterior, acrescido ou não do IRRF sobre a remessa. Tal situação gera insegurança jurídica às empresas tomadoras de serviços no Brasil, expondo-as a riscos adicionais e aumentando sua carga tributária.

A legislação estabelece que a Cide incide sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior a título de remuneração, aplicando-se uma alíquota de 10%. A base de cálculo dessa contribuição é, portanto, o valor remetido ao prestador de serviços como remuneração, conforme disposto no artigo 2º, parágrafo 3º da Lei nº 10.168/2000.

A questão central é se a base de cálculo aqui analisada deve incluir ou não o IRRF incidente sobre a remessa quando realizado o gross up, ou seja, quando a fonte pagadora assume o ônus financeiro do imposto retido.

O termo "remuneração" é crucial para essa definição, pois se refere ao pagamento feito ao prestador de serviços no exterior. A análise da legislação aplicável revela que ela não prevê a incidência da Cide-Royalties também sobre o gross up para fins de IRRF, mas apenas sobre a remuneração contratual paga ao prestador de serviços no exterior.

Importante ressaltar que a incidência tributária é um fenômeno jurídico, e a base de cálculo de um tributo deve ser definida pela lei. O artigo 150,1 da CF/88 e o artigo 97, IV, do CTN estabelecem o princípio da legalidade tributária, segundo o qual a base de cálculo de um tributo só pode ser determinada por lei. Logo, conclui-se que a inclusão do IRRF na base de cálculo dessa contribuição não encontra respaldo legal.

Além disso, a legislação não prevê a precedência de um tributo sobre o outro, nem que um deva incidir

sobre o outro. Portanto, não cabe ao intérprete utilizar considerações econômicas para concluir que o valor do IRRF deve ser adicionado à base de cálculo dessa contribuição, majorando-a. Como dito, a base de cálculo aqui analisada deve incidir apenas sobre a remuneração contratual paga ao prestador de serviços no exterior.

E o IRRF, seja assumido ou não pelo contribuinte, não se enquadra no conceito de remuneração decorrente das remessas ao exterior. Trata-se de um valor destinado aos cofres públicos do Brasil e não uma contraprestação paga ao prestador de serviços no exterior. Ademais, embora o artigo 786 do Decreto nº 9.580/2018 preveja a inclusão dos valores retidos na base de cálculo do IRRF, não há tal previsão para a Cide-Royalties e, portanto, não há que equiparar ambas as bases de cálculo.

Não obstante, a **Receita Federal do Brasil** (RFB) tem se manifestado no sentido de que a base de cálculo da contribuição aqui analisada, em relação aos royalties, deve ser equivalente a base utilizada para o IRRF, inclusive quando há o gross up na base de cálculo desse imposto. A interpretação da **RFB** é que, quando há reajustamento da base do IRRF, o contribuinte deve realizar o mesmo reajustamento na base de cálculo das contribuições. Contudo, como dito, essa interpretação não encontra respaldo legal.

Ó tema também foi debatido nos tribunais administrativos. O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** possuía, até 2019, precedentes que indicavam a ausência de previsão legal para autorizar a adição do IRRF à base de cálculo da Cide (acórdãos 3402-004.391,3401-006.620, 3401-003.801). Contudo, o tema chegou à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do **Carf**, a qual começou a decidir desfavoravelmente aos contribuintes.

A divergência prosseguiu até que o tema acabou sendo chancelado por meio da Súmula 158, que determina que o IRRF compõe a base de cálculo das contribuições, ainda que a fonte pagadora assumira o ônus financeiro do imposto retido.

No âmbito do Poder Judiciário, os Tribunais Regionais Federais têm proferido decisões desfavoráveis aos contribuintes, incluindo o IRRF na base de cálculo da

Cide-Royalties. Essas decisões argumentam que o valor do IRRF está inserido na obrigação contratual e deve ser considerado na base de cálculo das contribuições. No entanto, essa interpretação não diferencia claramente os distintos sujeitos passivos e as diferentes naturezas das obrigações tributárias. Vale ressaltar que não há orientação jurisprudencial vinculante e obrigatória dos tribunais superiores acerca do tema aqui analisado.

Diante desse cenário, a inclusão do IRRF na base de cálculo da Cide-Royalties carece de previsão legal específica, violando o princípio da legalidade tributária, já que a legislação vigente determina especificamente qual é a sua base de cálculo, sem incluir o IRRF. Portanto, a interpretação administrativa e jurisprudencial que inclui o IRRF na base de cálculo dessa contribuição é questionável e não encontra respaldo sólido na legislação.

Assim sendo, a Cide-Royalties deve incidir apenas sobre os valores pagos ao prestador de serviços no exterior, conforme estipulado na legislação específica. A inclusão do IRRF na base de cálculo dessa contribuição é indevida e não deve ser aplicada. E até que a questão seja definida de forma vinculante e obrigatória pelos tribunais superiores, o tema permanece totalmente passível de questionamento pelos contribuintes.

Leonardo Lucci é advogado da área tributária do escritório Gaia Silva Gaede Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969>

Empresas usufruíram R\$ 32,9 bi, diz Receita

A **Receita Federal** informou que empresas que fazem uso créditos tributários decorrentes de 16 tipos de benefícios fiscais declararam ter usufruído R\$ 32,9 bilhões no primeiro semestre. Apenas a desoneração da folha de pagamentos e o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) respondem por 54% do total, e já consumiram R\$ 17,782 bilhões. O Fisco começou a divulgar em julho os dados obtidos por meio da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), uma obrigação acessória que foi instituída na Medida Provisória que havia proposto a limitação do uso dos créditos de PIS/Cofins. Naquela ocasião, haviam sido recebidas 357 mil declarações de empresas que informaram os benefícios usufruídos em cinco meses, que somaram R\$ 26,9 bilhões. Em um mês, a alta de benefícios usufruídos e declarados foi de 22,30%. Segundo o Fisco, o Perse registrou um crescimento expressivo no período, com acréscimo de R\$ 1,93 bilhão. O programa já consumiu R\$ 8 bilhões, mais da metade dos R\$ 15 bilhões de teto estabelecido para os incentivos fiscais da ação até dezembro de 2026 que consta na lei que prorrogou o benefício, sancionada em m

Contribuintes usufruíram R\$33 bi

Brasília -A **Receita Federal** informou ontem que empresas que fazem uso de créditos tributários decorrentes de 16 tipos de benefícios fiscais declararam ter usufruído R\$ 32,9 bilhões no primeiro semestre. Apenas a desoneração da folha de pagamentos e o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) respondem por 54% do total e já consumiram R\$ 17,782 bilhões.

O Fisco começou a divulgar em julho os dados obtidos por meio da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), uma obrigação acessória que foi instituída na Medida Provisória que havia proposto a limitação do uso dos créditos de PIS/Cofins. Naquela ocasião tinham sido recebidas 357 mil declarações de empresas que informaram os benefícios usufruídos em cinco meses, que somaram R\$ 26,9 bilhões.

Em um mês, o incremento de benefícios usufruídos e declarados foi de 22,3%. Segundo o Fisco, o Perse registrou crescimento expressivo no período, com acréscimo de R\$ 1,93 bilhão. O programa já consumiu R\$ 8 bilhões, segundo a Receita, mais da metade dos R\$ 15 bilhões de teto estabelecido para os incentivos fiscais da ação até dezembro de 2026 que consta na lei que prorrogou o benefício, sancionada em maio.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11187>

Aposentadoria especial (Artigo)

Ana Paula De Raeffray

O que antes era apenas uma possibilidade de exigência fiscal vem se concretizando, haja vista que inúmeras empresas têm sido alvo de cobranças por parte da **RFB (Receita Federal do Brasil)** da contribuição adicional ao RAT (Risco Ambiental do Trabalho) - 6%, 9% ou 12% - para custeio de aposentadorias especiais, inclusive de forma retroativa aos últimos cinco anos, em razão da Tese nº 555 fixada pelo Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário com Repercussão Geral (ARE 664.335).

Discutia-se no citado recurso a possibilidade, ou não, de o fornecimento de EPI (Equipamento de Proteção Individual), informado no PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), descaracterizar o tempo de serviço especial para fins de concessão de aposentadoria especial.

O STF decidiu o caso e fixou tese de repercussão geral com dois pontos. No primeiro, determinou que, se o EPI for efetivamente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá suporte constitucional para a aposentadoria especial.

No segundo, estabeleceu que, mesmo havendo declaração do empregador sobre a eficácia do EPI, se o trabalhador estiver exposto a ruído acima dos limites legais de tolerância, permanecerá hígido o seu direito ao cômputo do tempo de serviço especial para aposentadoria.

Sob o argumento de estar embasada nessa decisão do STF, a **RFB** vem lavrando autos de infração para cobrar retroativamente a contribuição adicional destinada a financiar a aposentadoria especial.

Essas cobranças se intensificaram com a publicação do Ato Declaratório Interpretativo nº 2/2019. No entanto, essa interpretação do ato declaratório e, por conseguinte, a cobrança da contribuição, contrariam a lógica imposta pelo STF, pois implicam na obrigação de pagamento da contribuição adicional mesmo nos casos em que não estejam presentes hipóteses legais de sua incidência.

Relembre-se que a primeira tese firmada pelo STF é no sentido de que se o EPI for eficaz, não há que se falar em aposentadoria especial.

Na verdade, o fato gerador da contribuição adicional é complexo e se concretiza pela efetiva exposição do

trabalhador a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, pelo tempo previsto em lei. Já a concessão da aposentadoria especial decorre de uma relação jurídica distinta, entre trabalhador segurado e o **INSS**, que depende de prova, por vezes, inclusive, pericial.

Portanto, não se pode inferir a existência do fato gerador tão somente pela concessão do benefício previdenciário, pois a concessão do benefício previdenciário não é e nunca foi a hipótese de incidência da exação.

O desalinhamento entre a decisão do STF e a atuação fiscalizatória da **Receita Federal** expõe as empresas a situação de permanente insegurança jurídica com fortes impactos econômicos, razão pela qual é preciso que as próprias empresas defendam a correta interpretação da decisão do STF, utilizando-se de argumentos jurídicos que propiciem o afastamento de exação fiscal que está sendo criada pela **RFB** por mero ato declaratório, alimentando a voracidade arrecadatória.

Ana Paula De Raeffray é advogada. Franco Mauro Russo Brugioni é advogado.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?numero=19543&edicao=135023>

Saiba o que não conta para sua aposentadoria

Muitos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem enfrentar surpresas ao solicitar o benefício previdenciário, já que algumas experiências ao longo da trajetória profissional não entram na conta do tempo de contribuição. Para evitar surpresas, confira quais situações são desconsideradas pelo Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS).

Empregos ou atividades não vinculadas ao RGPS ficam de fora. Nesse grupo estão os **servidores públicos** vinculados ao Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS), exceto quando há contagem recíproca, ou seja, quando o tempo que o trabalhador contribuiu em um determinado regime de previdência é transferido a outro.

- O único grupo que tem o tempo contabilizado sem necessariamente contribuir são os segurados especiais (trabalhador rural e pescador artesanal que produz em regime de economia familiar). Outros exemplos são os empregados e contribuintes individuais que prestam serviços para o empregador doméstico e pessoa jurídica (PJ), que são os seus responsáveis tributários - explicou Diego Cherulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Com relação aos segurados que recebem o benefício por incapacidade, esse período será contabilizado pelo **INSS** somente se houver contribuições intercaladas, ou seja, quando o segurado retorna ao trabalho após o fim do afastamento.

Já o período de contribuição em atraso do segurado individual - quem contribui de forma autônoma, sem desconto em folha - será considerado apenas quando a dívida for declarada como quitada pela Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** (RFB).

Para alunos aprendizes em escolas técnicas, bolsistas e estagiários de empresas, a contribuição é facultativa. Nesse caso, a contagem só vale se houver contribuição.

O **INSS** desconsidera períodos de trabalhos de adolescentes com menos de 16 anos (idade mínima para ser segurado do RGPS). Há exceções, como no caso de quem trabalhou abaixo dessa faixa etária antes da promulgação da atual Constituição. :

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Relator incluirá poder de veto em relação a devedor

Relator do projeto de lei na Câmara dos Deputados que estabelece critérios e punições para devedores contumazes, o deputado Danilo Forte (União-CE) afirmou que vai incluir na proposta o poder de veto das confederações empresariais à lista de devedores elaborada pela **Receita Federal**.

A medida havia sido sugerida pelo Ministério da Fazenda e teve concordância do parlamentar.

Forte quer adicionar ao projeto mais critérios para que a **Receita Federal** estabeleça qual empresa merece ser punida, como histórico de pagamento de **impostos**, capital da empresa, comportamento dos sócios e como a companhia alcançou a dívida.

A expectativa do relator Danilo Forte é de que o projeto seja votado depois das eleições de outubro.

O texto do projeto estabelece que poderá ser considerado devedor contumaz o contribuinte que tiver débitos tributários com a União acima de R\$ 15 milhões, sendo esse valor superior ao patrimônio da empresa, ou aquele com dívida acima de R\$ 15 milhões por mais de um ano.

"É a melhor saída, temos que punir quem quer levar vantagem disso (dever a União)", diz Forte.

O poder de veto será dado às confederações empresariais nacionais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional de Comércio e Serviços (CNC), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Plano de Kamala prevê arrecadar US\$ 63 tri em 10 anos taxando ricos

Richard Rubin Dow Jones, de Washington

As propostas fiscais da vice-presidente Kamala Harris retomam os projetos inacabados por Joe Biden, mas pressionam o governo por aumentos de **impostos** para empresas e famílias de alta renda, deixando a taxa da maioria dos americanos inalterada ou menor.

Kamala, a candidata do Partido Democrata à Presidência, aumentaria **impostos** em cerca de US\$ 5 trilhões ao longo da próxima década e reduziria outras taxas em mais de US\$ 4 trilhões. A arrecadação total do governo federal - projetada em US\$ 63 trilhões em dez anos - pouco mudariam, mas a agência de Kamala mudaria quem paga.

Kamala não discutiu seus planos fiscais em detalhes, mas sua campanha indicou que ele está em linha com o apoio aos aumentos de **impostos** propostos por Biden.

Segundo o plano da candidata, os **impostos** aumentariam acentuadamente para algumas famílias de alta renda e as alíquotas máximas atingiriam seu ponto mais alto desde 1986. Os investidores e fundadores de empresas mais ricos sofreriam com grandes cobranças de **impostos** sobre ganhos de capital, que não enfrentam sob a legislação atual.

A política tributária representa uma das maiores diferenças entre os dois grandes partidos americanos, e mesmo pequenas majorias no Congresso podem gerar enormes diferenças nos lucros corporativos e nas finanças domésticas - especialmente para os americanos mais ricos.

Uma conquista dos democratas da Casa Branca e das majorias no Senado e na Câmara dos Deputados poderia permitir a Kamala promulgar muitos de seus planos fiscais, embora desacordos intra partidários e margens de voto apertadas possam impedir que toda a agenda se transforme em lei.

Uma maioria democrata no Senado em 2025 não incluiria Joe Manchin, da Virgínia Ocidental, e Kyrsten Sinema, do Arizona, que estão se aposentando e bloquearam muitos dos planos fiscais de Biden em 2021 e 2022.

Mesmo que os democratas não obtenham o controle total do Congresso, um governo de Kamala Harris seria colocado à prova logo no início do mandato com uma difícil negociação em 2025 com os republicanos, pois as principais partes da lei tributária de 2017 vencem no fim do ano que vem, caso o Congresso não atue para aumentar a duração da proposta.

Essa é uma perspectiva que os políticos dos dois partidos querem evitar. O vencimento da proposta poderia dar a Kamala vantagem para exigir apoio para algumas de suas prioridades no campo fiscal. Se o presidente e o Congresso não fizerem nada, cerca de 63% das famílias verão seus **impostos** subirem em 2026, segundo a Tax Foundation.

O ex-presidente Donald Trump, o candidato republicano, quer estender todos os cortes de **impostos** que vão vencer, para um total de US\$ 4 trilhões ao longo de uma década. Além disso, ele propõe faixas de cortes adicionais-uma taxa de imposto corporativo mais baixa e isenções fiscais para gorjetas e benefícios da **previdência social** - e seu colega de chapa, o senador republicano J.D. Vance, mencionou que poderia apoiar um crédito tributário infantil maior.

Trump também quer impor tarifas que recuperariam parte da receita perdida, mas elevariam os custos para os consumidores.

Kamala apoia as propostas de aumento de **impostos** de Biden. Ela quer fazer muito mais do que lidar com cortes de **impostos** que estão acabando, e sua campanha apoiou todos os aumentos de **impostos** propostos no orçamento mais recente de Biden.

De acordo com esse plano, a maior alíquota de imposto de renda para pessoa física subiria para 44,6% em quase todos os tipos de renda, comparado com as alíquotas máximas mais baixas de hoje (23% sobre os ganhos de capital, 29,6% sobre as receitas de algumas empresas e 39% sobre os salários). Quem recebe uma renda mais alta ainda pagaria alíquotas mais baixas sobre parte de sua renda, mas essas alíquotas marginais no topo são importantes porque podem afetar decisões sobre investimentos.

Ao adotar o plano de Biden, Kamala também criaria um novo sistema que taxaria os ganhos de capital não

realizados de pessoas com patrimônio que excedam os US\$ 100 milhões. Hoje, os ganhos de capital não são taxados até que os ativos sejam vendidos, e eles estão isentos do imposto de renda na morte, o que dá às pessoas o incentivo para manter ativos e passá-los para os herdeiros.

Sob o plano de Kamala, essa fatia superior das famílias (cerca de 0,01%) pagaria um imposto mínimo anual de 25% de sua renda - usando uma definição mais ampla de renda que inclui ganhos não realizados.

Em um evento em um restaurante de Lis Vegas na semana passada, Trump disse que os democratas acabarão tentando aumentar qualquer imposto sobre ganhos não realizados. "Ele será aplicado em breve a proprietários de pequenas empresas e vocês serão forçados a vender imediatamente seu restaurante", disse ele.

Segundo o plano de Kamala, os ganhos de capital para famílias que ganham pelo menos US\$ 1 milhão por ano seriam tributados como renda comum. Ganhos de capital não realizados, acima de uma faixa de exclusão de US\$ 5 milhões por pessoa, seriam tributados na morte. Esse imposto teria algumas isenções para empresas familiares e propriedades pessoais.

As corporações teriam uma taxa de imposto de 28%, acima dos 21% atuais, e as grandes empresas pagariam um mínimo de 21%, em vez dos atuais 15%. Elas também pagariam **impostos** maiores sobre os lucros no exterior. Não haveria nenhum aumento para as famílias que ganham menos de US\$ 400 mil, estendendo a maioria dos cortes de **impostos** de Trump que estão para acabar. Para esse propósito, os democratas ignoram os efeitos dos aumentos dos **impostos** corporativos sobre trabalhadores de renda média e acionistas.

Essa política efetivamente prenderia Kamala à extensão da maior parte da lei fiscal de 2017 contra a qual ela e todos os outros democratas do Congresso votaram. Durante a campanha presidencial de 2020, ela propôs revogar a lei fiscal de Trump.

Kamala propôs cortes de **impostos** adicionais além dessas extensões. Ela reativaria o crédito fiscal infantil ampliado que vigorava em 2021, que concedia às famílias US\$ 3 mil para a maioria dos filhos e US\$ 3,6 mil para aqueles com menos de 6 anos. Como presidente, Kamala criaria outra faixa de isenção, voltada para recém-nascidos, com o crédito fiscal do ano em questão estimado em US\$ 6 mil.

Maior alíquota sobre ganho de capital para pessoa física subiria de 23% para 44,6%

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1§ion=1>

INSS só vai ter concurso para nível superior

BRASÍLIA

O Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) indicou a exigência de nível superior para o ingresso na carreira do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), seja para o Seguro Social ou para a Perícia Médica.

O colegiado, presidido pelo ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, recomendou que todos os futuros concursos públicos para cargos na carreira do Seguro Social exijam formação de nível superior. A Resolução CNPS/MPS 1.366, que estabelece essa diretriz, foi publicada no Diário Oficial da União.

O ministro Lupi ressaltou a importância dessa mudança, afirmando que a exigência de nível superior para os novos servidores é uma das principais reivindicações da categoria atualmente em greve há três meses. Alessandro Stefanutto, presidente do **INSS**, também é favorável à medida.

"A sinalização do CNPS e do ministro Lupi mostram o empenho em viabilizar uma das reivindicações da categoria que está em greve, a exigência de nível superior para a carreira do Seguro Social", afirmou o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto.

O plenário do CNPS é composto por seis representantes do governo federal, nove da sociedade civil, três dos aposentados e pensionistas, três representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores.

O colegiado aprovou os limites da Proposta Orçamentária da **Previdência Social** para o exercício de 2025 relativos às despesas obrigatórias do Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** e os limites estabelecidos para as despesas discricionárias, a ser enviada à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Foi aprovado R\$ 1,9 bilhão para despesas discricionárias para o **INSS**, de R\$ 188,4 milhões para o Ministério da **Previdência Social**, sem prejuízo de tratativas para suplementação no decorrer do próximo ano, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

O conselho apontou ainda que será necessária, para as despesas discricionárias, a suplementação de R\$ 545 milhões, para o **INSS**, com vistas a garantir o regular funcionamento operacional, observada a

melhoria dos resultados apresentados pela **Previdência Social** nas contas e na qualidade dos serviços. A receita própria arrecadada pelo **INSS**, segundo o conselho, deve ser destinada, na Lei Orçamentária Anual.

CANDIDATOS durante prova de concurso: **INSS** não deve mais abrir oportunidades para candidatos de nível médio

Novos acordos com servidores

O governo federal firmou ontem dois acordos de reestruturação remuneratória para servidores do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Com a assinatura desses documentos, o número de acordos concluídos nas mesas de negociação temporárias e específicas conduzidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) chega a 41.

O acordo com o Inmetro abrange diversas categorias de servidores, desde cargos de nível superior até funções auxiliares. A reestruturação será implementada em duas fases: a primeira a partir de janeiro de 2025 e a segunda em abril de 2026.

As principais mudanças incluem, para carreiras de nível superior, a Gratificação pela Qualidade do Desempenho Individual (GQDI) será consolidada em uma única gratificação, a Gratificação de Desempenho (GD). Além disso, a tabela remuneratória será ampliada de 15 para 20 níveis.

Para carreiras de nível médio será estabelecida uma tabela única com 20 níveis e quatro classes. O acordo prevê a elevação do salário de entrada, a equalização do step (padrão) nas parcelas remuneratórias e ajustes para equilibrar o percentual do Vencimento Básico.

No caso do INPI, o acordo alcança também diversas carreiras, incluindo cargos de nível superior e intermediário. As mudanças serão aplicadas em duas etapas, começando em janeiro de 2025 e com a segunda fase prevista para abril de 2026.

Para carreiras de nível superior e para o cargo de tecnologia em propriedade industrial a remuneração será equiparada à do Inmetro. Para carreiras de nível

médio será proposta uma tabela única com 20 níveis e quatro classes, semelhante ao que foi definido para o Inmetro.

União fecha mais dois novos acordos salariais - SERVIDOR

Gustavo Silva

O governo federal firmou ontem dois acordos de reestruturação remuneratória para servidores do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Com a assinatura desses documentos, o número de acordos concluídos nas mesas de negociação temporárias e específicas conduzidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) chega a 41.

O acordo com o Inmetro abrange diversas categorias de servidores, desde cargos de nível superior até funções auxiliares. A reestruturação será implementada em duas fases: a primeira a partir de janeiro de 2025 e a segunda em abril de 2026. No INPI, o acordo alcança também diversas carreiras, e a aplicação será em duas etapas, em janeiro de 2025 e abril de 2026, como no Inmetro.

Futuros concursos para o **INSS** vão exigir formação de nível superior

O Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) indicou a exigência de nível superior para o ingresso na carreira do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), seja para o Seguro Social ou para a Perícia Médica. O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, ressaltou a importância dessa mudança, afirmando que a exigência de nível superior para os novos servidores é uma das principais reivindicações da categoria, atualmente em greve que já dura três meses. Alessandro Stefanutto, presidente do **INSS**, também é favorável à medida. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

OAB-SP quer mudança no pagamento dos atrasados do INSS; entenda

Cristiane Gercina

A OAB -SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo) pediu ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal mudança no pagamento das RPVs (Requisições de Pequeno Valor) liberadas pela Justiça Federal a segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que vencem ação contra o órgão.

RPVs são valores retroativos a que o beneficiário tem direito quando ganha um processo de concessão ou revisão de aposentadoria, pensão, auxílio ou BPC (Benefício de Prestação Continuada), limitado a 60 salários mínimos, o que dá R\$ 84.720 neste ano.

A entidade enviou ofício aos dois bancos públicos solicitando que os órgãos aceitem como comprovante de liberação do dinheiro o ofício requisitório expedido pelo juiz da causa ao determinar o pagamento do atrasado ao segurado. Esse ofício, em geral, está em nome do cidadão ou de seu advogado.

Atualmente, para receber os valores, os advogados precisam levar aos bancos uma certidão manual expedida em cartório, provando que eles têm direito de sacar o montante em nome de seu cliente, o que acaba atrasando o acesso do beneficiário do **INSS** ao pagamento.

Segundo a presidente da OAB-SP, Patricia Vanzolini, há regiões judiciais do país que já adotam a expedição dessa certidão eletrônica, que também poderia ser adotada pelo TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), responsável pelos processos judiciais federais nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

"O advogado tem que pedir para o cartório fazer uma certidão manual. O cartório tem que fazer, redigir, colocar na fila e um juiz assina, para fazer o 'levantamento' do dinheiro. Demora muito, é uma burocracia desnecessária. O ofício requisitório já deveria valer como certidão", diz ela.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

De acordo com Felippo Scolari, presidente da

Comissão de Precatórios da OAB-SP, o prazo para liberar a certidão manual depende do cartório, mas, em média, leva cerca de 15 dias para o documento ficar pronto. Com isso, o beneficiário que ganhou a ação contra o **INSS** fica aguardando por ainda mais tempo, depois da longa espera que vivenciou em seu processo.

"O ideal é que saísse, no máximo, em uma semana", diz Scolari.

Segundo ele, o advogado e o cliente precisam seguir à risca as cartilhas publicadas pelos tribunais e não há o que ser feito por nenhuma das partes para tornar o pagamento mais ágil, a não ser essa alteração solicitada aos bancos, que também está sendo levada ao debate no TRF-3, diz Patricia.

"Estamos conversando com o TRF para saber se vai implantar a certidão automática já existe o TJe", afirma a presidente da OAB.

Procurado, o TRF-3 afirmou que "o setor de precatórios do TRF3 não tem conhecimento da solicitação da OAB". O Banco do Brasil disse que os procedimentos de levantamento dos valores, que é o termo usado para a liberação do dinheiro, "é único em nível nacional".

"Esses procedimentos seguem as diretrizes estabelecidas pelo CJF [Conselho da Justiça Federal] e, qualquer alteração nesse processo, depende de emissão de nova normatização por parte desse Conselho", informa nota do banco.

A Caixa afirmou que a solicitação da OAB-SP está em avaliação e disse que, hoje, "os saques de valores de precatórios e Requisições de Pequeno Valor nas instituições financeiras são realizados de acordo com o definido na resolução CJF nº 822/2023".

Quem processa o **INSS** para ter a concessão ou a revisão de aposentadoria, pensão, auxílio e, até mesmo, BPC recebe os atrasados desde a DER (Data de Entrada do Requerimento) ou desde cinco anos anteriores ao pedido de revisão.

Em geral, na Justiça, a data de início dos atrasados tem como base a solicitação feita no **INSS**. Isso porque, antes de ir ao Judiciário, é preciso fazer o

pedido administrativo, conforme já decidiu o STF (Supremo Tribunal Federal).

O valor dos atrasados determina o tipo de pagamento e onde a ação é aberta. Ações de até 60 salários mínimos são pagas por RPV e propostas no Juizado Especial Federal. Se o valor for acima de 60 salários mínimos, o montante é chamado de precatório, pago uma vez no ano, e o processo deve tramitar na vara previdenciária.

Na Justiça, os atrasados são corrigidos pela Selic, taxa básica de juros da economia e, após a emenda constitucional 113, oriunda da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, também não incidem mais juros de mora. Se for RPV, o atrasado é quitado em até 60 dias após a ordem de pagamento do juiz.

Caso seja um precatório, o pagamento é feito uma vez por ano, conforme o Orçamento do governo federal, que tem até 31 de dezembro do ano corrente para fazer a quitação dos valores após serem liberados pelo juiz e entrarem na lista de pagamentos.

No caso das RPVs, o depósito para o segurado depende do cronograma, da organização e do sistema de cada TRF.

A previsão é que o pagamento ocorra em até duas semanas após o início do processamento, após a liberação dos valores por parte do CJF.

A etapa inicial é pagamento é chamada de processamento, que é quando se abrem contas na Caixa ou no Banco do Brasil em nome dos segurados ou de seus advogados.

A data de pagamento dos precatórios ou RPVs depende de quando o juiz mandou o **INSS** quitar a dívida e de quando ação chegou totalmente ao final. Precatórios liberados até 2 de abril de um ano são pagos no ano seguinte. RPVs são quitadas em até dois meses após a ordem de pagamento do juiz.

No caso de uma RPV de maio, por exemplo, cujo dinheiro foi liberado pelo CJF ao TRF em junho, o pagamento será em julho. Na consulta ao RPV no site do TRF, é preciso que apareça um dia do mês de maio.

Ao fazer a consulta no site do TRF responsável, aparecerá a sigla RPV, para requisição de pequeno valor, ou PRC, para precatório. Em geral, o segurado já sabe se irá receber por RPV ou precatório antes mesmo do fim do processo, porque os cálculos são apresentados antes.

Os precatórios são ações acima de 60 salários mínimos. Já as RPVs são processos até 60 salários mínimos. Os precatórios são pagos uma vez por ano e as RPVs, em até 60 dias após a ordem de pagamento do juiz, chamada de autuação.

Em São Paulo e Mato Grosso do Sul, o TRF responsável é o da 3ª Região, e o site para consulta é o trf3.jus.br. O segurado deve informar seu CPF ou OAB do advogado da causa ou ainda o número do processo. Veja o passo a passo:

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/oab-sp-quer-mudanca-no-pagamento-dos-atrasados-do-inss-entenda.shtml>

Lula arrecada muito no 3º mandato? E os gastos? Veja a comparação entre governos

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

O cálculo, que leva em conta a proporção da receita com o Produto Interno Bruto (**PIB**) - considerada mais apropriada por especialistas - abrange o ano de 2023 e a previsão para 2024 (que consta no relatório de receitas e despesas do orçamento, divulgado em julho).

Por governos, na média, o que mais arrecadou foi o presidente Lula, em seu segundo mandato (2006 a 2010), seguido por Dilma 1 (2011 a 2014), por Lula 1 (2003 a 2006) e o parcial de Lula 3 (2023 e previsão para 2024).

No segundo mandato de Dilma, interrompido pelo processo de impeachment em 2016, no mandato tampão de **Temer** (2017 e 2018) e no governo de Bolsonaro, a arrecadação líquida ficou, na média, abaixo de 18% do **PIB**, assim como nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o economista Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV Ibre, especialista em cenários econômicos, análise de atividade e contas públicas, o ritmo da arrecadação, na comparação entre governos, nem sempre tem a ver com decisões tomadas por um presidente da República e sua equipe econômica.

O economista observou, entretanto, que decisões de governos influenciaram a carga tributária no passado de tal modo:

O g1 entrou em contato com o Ministério da Fazenda e com o Tesouro Nacional e questionou por qual razão os governos petistas figuram como os que mais arrecadam, se o arcabouço fiscal foca o ajuste das contas públicas na alta da receita e se isso não gera efeitos ruins na economia. Mas não obteve resposta até a última atualização dessa reportagem.

A previsão para o ano de 2024, feita em julho deste ano pela área econômica, é de que a receita líquida atingirá 18,8% do **PIB**.

No ano passado, o governo Lula aprovou o arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas.

Ao trazer um limite para despesas ano a ano, analistas

apontaram, na ocasião, que as normas estimulam que o ajuste das contas públicas (para zerar o déficit fiscal) seja feito por meio da alta da arrecadação.

Em julho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, virou alvo de opositores do governo federal e passou a ser chamado de Taxad em memes que inundaram as redes sociais.

A arrecadação tem avançado neste ano por conta, principalmente, de medidas aprovadas em 2023 pela equipe econômica, tais como:

Segundo números preliminares do Tesouro Nacional, a carga tributária somou 32,44% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023.

Isso representa uma queda de 0,64 ponto percentual do **PIB** em relação ao valor registrado em 2022 (de 33,07% do **PIB**).

Em termos de despesas públicas, o governo Bolsonaro foi o que mais gastou. O número, entretanto, sofre forte impacto da pandemia da Covid-19. Novamente, o cálculo é feito em termos de porcentagem do **PIB**.

No ano de 2020, período de maior isolamento das famílias, a então equipe comandada por Paulo Guedes, na Economia, também com decisões tomadas pelo Congresso Nacional de aumento do auxílio emergencial, elevou os gastos para 25,6% do **PIB** - recorde da série histórica.

Em 2020, foram gastos R\$ 524 bilhões para combater os efeitos da pandemia, valor que recuou para R\$ 121 bilhões em 2021 e para R\$ 20,8 bilhões em 2022. Os números são do Tesouro Nacional.

Em segundo lugar, nos gastos, está o segundo mandato de Dilma Rousseff, interrompido pelo processo de impeachment, quando as despesas somaram 19,7% do **PIB**, seguido pela média parcial de Lula 3 (19,5% do **PIB**) e por Michel **Temer** (19,4% do **PIB**).

A previsão para o ano de 2024, feita em julho deste ano pela área econômica, é de que a despesa total atingirá 19,4% do **PIB**, pouco abaixo do registrado em 2023 (19,6% do **PIB**).

O arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas aprovada em 2023, traz um limite para as despesas: elas não podem crescer mais de 70% da alta das receitas, ou não podem avançar mais do que 2,5% em termos reais (acima da inflação) todo ano.

O economista Bráulio Borges, pesquisador do do FGV Ibre, analisou que o arcabouço fiscal fará com que a despesa, na proporção do PIB, fique em torno de 19,5% do PIB.

Por isso, a busca do déficit fiscal zero - na mira para os próximos anos -, terá de ser feita por meio da alta da arrecadação. É a grande crítica ao arcabouço , declarou.

Ele elogiou o esforço do governo em fazer revisão de cadastros, como no INSS, BPC e auxílio-doença, para coibir fraudes, mas observou que serão necessárias reformas mais profundas nos gastos obrigatórios para manter o arcabouço fiscal de pé.

Sem essas mudanças, acabará nos próximos anos o espaço para gastos livres do governo. E o arcabouço fiscal terá de ser revisto, opinou o economista.

Ele defendeu o fim da vinculação da saúde e da educação à receita corrente líquida, o que geraria perda de recursos para essas áreas; que as aposentadorias não seja mais vinculadas ao salário mínimo, ou que o mínimo deixe de ter aumento acima da inflação.

Além disso, afirmou que será necessária uma nova reforma da previdência, que ficará insustentável diante das mudanças demográficas.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/08/28/lula-arrecada-muito-no-3o-mandato-e-os-gastos-veja-a-comparacao-entre-governos.ghtml>

Grupo responsável por fraude tributária vira alvo da polícia

OPERAÇÃO BALCONES A Polícia Civil da Bahia deflagrou a operação Balcones contra um esquema criminoso em fraudes tributárias que resultou em prejuízo de mais de R\$ 2 milhões. Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão em Salvador, na manhã dessa terça-feira (27).

Segundo a polícia, entre os principais alvos da operação está um despachante aduaneiro, identificado como o principal operador do esquema criminoso. Ele era responsável por conferir uma aparência de legalidade às operações fraudulentas. Além disso, as investigações revelaram a possível participação direta de **servidores públicos** de um órgão fazendário, que colaboraram na liberação de mercadorias na alfândega sem o devido cumprimento das obrigações tributárias - como explica a diretora do Departamento de Repressão e Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro (Draco), delegada Márcia Pereira.

"O esquema foi descoberto a partir da análise de documentos fornecidos por uma empresa lesada, que realizou diversas transferências de valores ao despachante aduaneiro sob a falsa premissa de que os **impostos** estaduais estavam sendo recolhidos. Constatou-se que o despachante atuava em conluio com fiscais fazendários, que permitiam a liberação de produtos sem o pagamento dos **tributos** devidos*", declarou Márcia.

Por intermédio das investigações, foi obtido, via ordem judicial, o congelamento de contas bancárias e o bloqueio patrimonial dos suspeitos, incluindo imóveis, veículos importados e lanchas. Foi também determinado o afastamento cautelar dos **servidores públicos** envolvidos, assim como a suspensão do acesso deles aos sistemas fazendários.

As investigações continuam em andamento, com o objetivo de apurar possíveis desdobramentos das fraudes, localizar outros bens e valores ocultos, bem como identificar outros indivíduos envolvidos na organização criminosa.

"O despachante atuava em conluio com fiscais que liberavam os produtos sem o pagamento devido de **impostos**" Márcia Pereira Delegada do Draco

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Planejamento sucessório: a hora é mesmo agora?

O interesse por planejamento sucessório aumentou nos últimos anos. Com a **reforma tributária** aprovada na Câmara e agora em exame pelo Senado, o assunto voltou aos holofotes, como se estivéssemos diante de uma urgente necessidade de implementação de planejamento por quem tenha patrimônio significativo.

Em paralelo, não são poucas as notícias que apresentam a constituição de sociedades popularmente conhecidas como "holdings patrimoniais" como uma espécie de solução milagrosa para todos as questões que envolvem sucessão, bastando constituir a sociedade, que será detentora de todos os ativos da família, para obter eficiência fiscal e fugir dos custos de um inventário.

Mas isso é verdade? Então seria esse, efetivamente, o momento ideal para implementação de planejamentos sucessórios?

Infelizmente, não existe resposta única para essas perguntas. E por um motivo específico: cada planejamento leva em conta o objetivo particular do interessado na contratação do serviço. Esse objetivo pode ser específico, ou envolver um conjunto de questões, como (i) evitar conflitos entre herdeiros, (ii) produzir efeitos em vida, ou apenas após a morte, (iii) eficiência fiscal, entre outros, tais como a vontade do atual proprietário de abrir mão, desde logo, de um poder político e financeiro.

Nesse sentido, é evidente que não se pode olhar para apenas um desses aspectos para se definir se estamos, efetivamente, diante de um momento especial e urgente para a realização do planejamento sucessório.

Sob o ponto de vista estritamente tributário, estamos sim diante de uma janela que antecede a provável majoração de **tributos** incidentes na doação e sucessão hereditária e, a depender da forma de implementação do planejamento, este pode ser, de fato, um momento muito oportuno.

Um dos **tributos** diretamente impactados é o ITCMD, que é devido em caso de doação e transmissão de bens em decorrência de falecimento. Atualmente, no Estado de São Paulo, por exemplo, a alíquota do tributo é fixa à razão de 4% do patrimônio transmitido. Incentivado pela reforma, já está em andamento um

projeto de lei estadual que implementa alíquota progressiva até o limite de 8%. Ou seja, na prática, para a transmissão de um mesmo imóvel, por exemplo, seja por doação, ou por sucessão mortis causa, após a entrada em vigor dessas novas regras, o contribuinte do estado de São Paulo poderá ter que pagar o dobro de imposto.

Por outro lado, caso o planejamento sucessório leve em consideração a constituição de uma sociedade patrimonial, a fim de organizar o patrimônio familiar, olhando-se mais uma vez apenas para o aspecto tributário, talvez este momento não seja o ideal, na medida em que também se discute a possibilidade de mudança na legislação para prever a tributação de dividendos o que, certamente, poderia retirar a atratividade da constituição da holding, pelo menos sob esse aspecto.

Justamente por isso que inúmeras famílias estão antecipando os estudos para estruturação de um planejamento patrimonial a ser executado antes da implementação das novas normas.

Na prática, o ideal é, na medida do possível, antecipar as transferências imobiliárias com o intuito de minimizar os impactos fiscais decorrentes da **reforma tributária**, sobretudo para garantir a incidência da alíquota vigente do ITCMD.

De todo modo, a realização de um planejamento não se resume à mera antecipação da transmissão dos bens, ainda que isso seja uma medida a ser considerada a depender do caso concreto.

Atualmente, existem inúmeras ferramentas no ordenamento jurídico que, quando empregadas da maneira correta e de forma personalizada, conferem verdadeira racionalização de recursos e facilidade na transmissão de patrimônio após a morte, evitando entraves burocráticos e desgastes entre os herdeiros.

Nesse aspecto, um planejamento sucessório bem executado pode e deve se valer de diversos instrumentos jurídicos aplicados isoladamente, ou em conjunto, como testamentos, doação (com ou sem reserva de usufruto), contratação de seguro de vida, constituição de holding familiar ou fundos exclusivos, previdência privada, visando propiciar inúmeros benefícios, seja de ordem fiscal, financeira e familiar.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

As alterações debatidas no Congresso, além do já mencionado impacto na sistemática e alíquota do ITCMD, também preveem a tributação de planos de previdência privada complementar (inclusive VGBL que até então não era tributado), assim como a tributação de heranças de pessoas residentes no exterior.

Considerando que as mudanças legislativas são iminentes, apesar de ainda incertas em sua extensão, mais importante do que correr para fazer um planejamento às pressas é realizar o prévio estudo e ter definição clara dos objetivos do titular do patrimônio a ser objeto do planejamento, a fim de avaliar quais as melhores alternativas que respeitem esses objetivos, não apegando-se, exclusivamente, ao aspecto fiscal.

De toda a forma, é importante ressaltar que a **reforma tributária** e as eventuais majorações de alíquotas não terão aplicação imediata após a sua aprovação legislativa, devendo ser sempre obedecido o princípio da anterioridade, estabelecido na Constituição Federal, que veda que um tributo instituído ou majorado por lei possa ser cobrado no mesmo exercício, determinando que apenas poderá ser exigido no exercício seguinte e, em qualquer caso, não sem que antes tenha decorrido prazo equivalente a 90 dias.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/08/planejamento-sucessorio-a-hora-e-mesmo- agora.shtml>

Com taxa de 28%, Brasil pode ter maior imposto do mundo sem arrecadar mais

Camilla Freitas

Com uma alíquota de 28%, o Brasil pode ser o maior imposto sobre consumo entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No entanto, o texto da **reforma tributária** não prevê aumento de **impostos** e, dessa forma, o valor final da carga tributária permanecerá o mesmo.

Cálculo aponta aumento de 1,47 ponto percentual. O Ministério da Fazenda divulgou uma nota técnica na última sexta-feira (23), informando que, após cálculos baseados nas alterações feitas pela Câmara dos Deputados durante a regulamentação da **reforma tributária**, a nova alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) será de 27,97%. O texto original previa uma alíquota de 26,5%.

Aumento decorre da ampliação das exceções. A alíquota padrão, ou seja, os pouco menos de 28% de imposto, será aplicada aos produtos que não foram incluídos nas exceções previstas pelo texto da reforma, como os itens da cesta básica, que estarão isentos de qualquer cobrança tributária.

Mais benefícios, maior IVA. "A alíquota geral será mais elevada quanto mais produtos forem isentos, pois, se um produto não paga **impostos**, os demais precisam compensar essa isenção", explica o economista Pedro Faria. À medida que o Congresso ampliou o número de produtos isentos em relação ao previsto no texto original, foi necessário aumentar o valor da alíquota padrão.

"Não haverá aumento de **impostos**", diz economista. O aumento do IVA não implica uma maior cobrança de **impostos** na média, uma vez que o principal objetivo da **reforma tributária**, além de simplificar o sistema de **tributos** no país, é manter o nível total de arrecadação.

Pedro Faria, economista

Aumento ainda depende de aprovação. O projeto de regulamentação da **reforma tributária** foi aprovado pela Câmara em julho, mas ainda precisa ser analisado pelo Senado. Até o momento, o relator não foi designado. O ministro Fernando Haddad, por sua

vez, afirmou que o texto só será discutido após as eleições municipais.

Imposto sobre Valor Agregado é adotado por mais de 170 países. O IVA, previsto na **reforma tributária** brasileira, é uma das medidas propostas para simplificar a cobrança de **tributos** no país. A partir dele, o país terá apenas dois tipos de tributação sobre consumo: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e o CBS (Contribuição Sobre Bens Serviços). Esse sistema já é utilizado em todos os países da União Europeia e na maioria dos membros da OCDE, com exceção dos Estados Unidos.

Pedro Faria, economista

A 28%, essa seria a maior alíquota entre os países da OCDE. Caso a alíquota padrão de 28% seja mantida, o Brasil passará a ser o país com a maior carga tributária sobre o consumo entre os membros da OCDE. Vale ressaltar que, apesar dos esforços do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o Brasil não conseguiu ingressar no bloco.

Brasil superaria a Hungria. Atualmente, a Hungria, governada por Viktor Orbán, possui a maior alíquota de IVA entre os países da OCDE, com 27%. Em comparação, a média de Imposto sobre Valor Agregado nos países da organização é de 19%.

Pedro Faria, economista

Carne passou a ser isenta de **tributos**. Quase ao final da votação da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara, foi aprovada a inclusão das carnes na cesta básica. Com isso, as carnes estarão isentas do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). A equipe econômica do governo federal e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se opuseram à inclusão, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi favorável.

Inclusão da carne na cesta básica impacta diretamente a alíquota padrão. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, a inserção da carne na cesta básica resultará em um aumento de 0,56 ponto percentual na alíquota padrão.

A cesta básica inclui diversos tipos de carne. Entre os

produtos contemplados estão carnes bovina, suína, ovina, caprina, de aves, entre outras de origem animal. Esses alimentos são codificados na reforma através da Nomenclatura Comum ao Mercosul (NCM), que especifica cada tipo de carne. Por exemplo, carnes com o código 02.01, de origem bovina, possuem alíquota zero. Entretanto, produtos como o fígado gordo (foie gras), classificado sob o código 0207.43.00, não têm a mesma isenção tributária.

A **reforma tributária** não deve impactar diretamente o preço da carne no supermercado. Segundo o setor de frigoríficos, o preço da carne permanecerá estável, seguindo as regras de mercado. O valor cobrado dos consumidores pelas proteínas animais continuará a variar conforme a oferta e a demanda, sem influência significativa da reforma nos **tributos** sobre a carne. Ou seja, os produtores, os intermediários e os varejistas podem não repassar a eliminação dos **impostos** para o preço final.

Virgínia Pillekamp, sócia da área de direito tributário do escritório BMA Advogados

Apesar de os estados cobrarem atualmente ICMS sobre carnes bovinas, caprinas, suínas, entre outras, a tributação é praticamente nula. Isso ocorre devido aos créditos concedidos a esses produtos em cada estado. Dessa forma, mesmo com a **reforma tributária** isentando as carnes de **impostos**, os preços dos produtos nos supermercados não sofrerão grandes alterações.

De acordo com fontes consultadas pela reportagem, a Frente Parlamentar da Agropecuária, com o apoio do presidente Lula, conseguiu que as carnes não fossem mais tributadas. Isso aconteceria se os alimentos ficassem fora da cesta básica, uma vez que a eles seria cobrado 40% do IBS e do CBS.

ICMS quase nulo ainda não é isenção fiscal. Mesmo tendo hoje um valor de alíquota baixo, contudo, os produtos ainda são taxados. A professora da FGV Direito Rio, Bianca Xavier, explica que esse valor de desconto que a **reforma tributária** vai trazer zerando a alíquota pode ser repassado para o consumidor final como pode ser incorporado ao lucro dos intermediários do produto.

Alexandre Mazza, advogado especialista em Direito Tributário

Para além do produto, contudo, o setor entende que a reforma deve impactar positivamente toda a economia nacional. Isso porque, conforme explica Ricardo Santin, presidente da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), "a simplificação e a redução da burocratização trará competitividade para os setores, o

que deve gerar novos impulsos de vendas e o fortalecimento da economia".

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/28/carnes-vao-ficar-mais-baratas-apos-reforma-tributaria-entenda.htm>

Burocracia trava investimento de R\$ 100 bi em data centers só em SP, diz CEO da CPFL (Energia Limpa)

Pedro S. Teixeira

O Brasil perde, no momento, R\$ 100 bilhões de investimento em data centers só no estado de São Paulo por causa das restrições regulatórias da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), diz o presidente-executivo da CPFL, Gustavo Estrella.

O estado, hoje, oferece cerca de 800 megawatts (MW) de eletricidade aos centros de processamento de dados, que são o chão de fábrica da economia digital e estão por trás, por exemplo, do envio de mensagens no WhatsApp e das respostas do ChatGPT.

Segundo Estrella, porém, há demanda por 2.500 MW, mas a CPFL não pode garantir esse fornecimento sem investir em uma conexão especial de transmissão ou distribuição que custaria cerca de R\$ 2 bilhões.

"Para que eu faça esse investimento, eu preciso ter uma garantia que esse mercado virá, senão eu tomo o risco como distribuição, que é considerado pela regulação um investimento imprudente", diz o executivo. De acordo com ele, esse risco, se tudo desse errado, representaria um acréscimo de 0,1% na tarifa.

A situação seria resolvida com uma portaria sobre investimento em infraestrutura específica de data centers, avalia Estrella. "Podemos fazer isso de uma forma muito organizada e planejada, de forma que a gente minimize o risco de esse consumo não vir".

Procurada, a Aneel não respondeu até a publicação desta reportagem.

O Brasil tem potencial para se tornar o principal centro para inteligência artificial (IA) na América Latina, disse à Folha Chris Torto, o presidente-executivo da Ascenty, empresa com o maior número de data centers instalados na América Latina.

Torto elogiou os investimentos de R\$ 23,9 bilhões indicados no Pbia (Plano Brasileiro de Inteligência Artificial), que incluem construção de data centers, mas a aplicação direta de dinheiro do governo não é o essencial para ele. "Precisamos de melhores

condições nos **impostos** e de capacitação de profissionais", afirma o executivo.

Embora o país tenha na matriz elétrica 88% limpa, segundo os dados mais recentes da EPE (Empresa de Pesquisa em Energia) de 2022, como atrativo para as big techs, o Brasil ainda não tem nenhum data center adaptado para IA em seu território. Nem mesmo a Amazon, que tem no país a sua sede para América Latina, trouxe uma planta com os chips mais poderosos.

Essas empresas precisam conciliar a crescente demanda por eletricidade desencadeada pela tecnologia com os compromissos firmados para zerar emissões de carbono.

Os Estados Unidos, em comparação, tem uma matriz 75% suja. "Os grandes provedores de nuvem, como Google, Microsoft e AWS [Amazon Web Services], consideram investir em usinas nucleares só para alimentar inteligências artificiais", afirma Torto, que atende as principais big techs na Ascenty.

Apesar da matriz elétrica pouco sustentável, os Estados Unidos concentram, junto com a China, a maior parte da infraestrutura de processamento de dados do mundo. Isso ocorre em razão da alta demanda e investimento das empresas que desenvolvem tecnologia de ponta.

Segundo o executivo da Ascenty, um data center atual tem potência (diretamente proporcional ao consumo) de 20 MW a 30 MW, contra de 200 MW a 500 MW, no caso dos data centers já adaptados para IA.

Um data center grande atual, de 30 MW, consome eletricidade equivalente a uma cidade de 30 mil habitantes, de acordo com a Equinix, a empresa com o segundo maior número de plantas instaladas no país.

Como base de comparação, a cidade de Campinas, que tem a maior capacidade instalada no país, tem 410 MW somando todas as plantas, de acordo com a consultoria JLL.

Procurado pela Folha, o presidente da Associação

Brasileira de Data Centers (ABDC), Gustavo Moraes, diz que a entidade pleiteia vantagens tributárias junto ao Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), de Geraldo Alckmin, há cerca de um ano.

"A resposta do governo é sempre que não há espaço para algo diferente enquanto não sair a regulamentação da **reforma tributária**, com as definições sobre o IVA [imposto sobre valor agregado]", afirma o presidente da ABDC.

Moraes, por outro lado, não diminui a importância dos investimentos do próprio governo nesse tipo de tecnologia. "Nós temos apoiado uma iniciativa do governo em escrever uma política para contratação de serviços de nuvem e data centers, e temos indicado o uso de infraestrutura particular para abrigar serviços do governo seria uma ótima estratégia."

Outro fator que pesa na atração de data centers para o Brasil será o nível de rigor da regulação brasileira de inteligência artificial em tramitação no Senado . A votação do projeto foi adiada em julho, após a CNI (Confederação Nacional da Indústria) apresentar nota técnica afirmando que o rigor do texto espantaria data centers do país.

O Brasil abriga hoje 146 data centers em 25 regiões, de acordo com o levantamento colaborativo Data Center Map. Torto, da Ascenty, estima que 80% das plantas da América Latina estejam no país. "Essa tendência deve se manter."

Em 22 de março, esse número era de 130 plantas, o que indica um crescimento de 16 unidades nos últimos cinco meses.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2024/08/burocracia-trava-investimento-de-r-100-bi-em-data-centers-so-em-sp-diz-ceo-da-cpfl.shtml>

Julgamentos do STF sobre base de cálculo de tributos podem custar R\$ 118,9 bilhões à União

Marcela Villar De São Paulo

Página E1

Quatro discussões a serem definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão de **impostos** da base de cálculo de outros **tributos** podem ter um impacto de R\$ 118,9 bilhões para os cofres da União. O cálculo, da **Receita Federal**, consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. Uma delas, que trata da retirada do Imposto sobre Serviços (ISS) da base do PIS e da Cofins, está pautada para julgamento no plenário do STF hoje, podendo causar perda de R\$ 35,4 bilhões. Nos quatro casos, as decisões impactarão todas as ações semelhantes do Judiciário.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1§ion=1>

O principal êxito dos contribuintes em casos desse tipo foi no julgamento da chamada "tese do século", que excluiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base do PIS e da Cofins, em 2017. Os ministros definiram o conceito de faturamento e decidiram que o tributo estadual não pode ser incluído no cálculo para a cobrança das contribuições sociais, por não configurar receita da empresa. As companhias tentam emplacar esse argumento na discussão do ISS, que é basicamente a mesma, mas trata de imposto municipal. O processo começou a ser julgado no plenário virtual em 2021, mas recomeçará do zero por pedido de destaque do ministro Luiz Fux. Os votos dos ministros já aposentados serão preservados, o que faz o placar iniciar em 3 a 0 contra a União.

A tese que pode trazer o maior impacto é a da exclusão de PIS e Cofins das próprias bases, estimado em R\$ 65,7 bilhões. O argumento dos contribuintes é similar, buscando não enquadrar os **tributos** no conceito de faturamento. Outro tema é a retirada do PIS e da Cofins dos créditos presumidos de ICMS, tipo de benefício fiscal concedido pelos Estados. Ele pode custar R\$ 16,5 bilhões à União. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu tema semelhante em abril de 2023: a exclusão do IRPJ e CSLL dos benefícios, de forma desfavorável aos contribuintes. A quarta discussão é relativa à exclusão do PIS e da Cofins da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com impacto de R\$ 1,3 bilhão.

Mineração impulsiona economia com faturamento de R\$ 129,5 bi no 1º semestre

CONTEÚDO PATROCINADO POR IBRAM

A mineração brasileira faturou R\$ 129,5 bilhões no 1º semestre de 2024 - alta de 8% em relação ao mesmo período de 2023, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Entre os 12 estados com mais municípios beneficiados pelo GFEM, a compensação paga pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios, estão Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Pará e Bahia. São territórios que se destacam no setor desde o final do século XVII.

A atividade mineradora no estado de Minas faturou R\$ 54,8 bilhões nos primeiros seis meses de 2024. Goiás gerou uma receita de R\$ 3,9 bilhões, e Mato Grosso chegou a R\$ 3,2 bilhões.

Em 2023, grandes empresas de mineração destinaram mais de R\$ 340 milhões a projetos culturais no Brasil, situando essa indústria entre as que mais realizam aportes em cultura.

Da influência na economia à cultura, os minerais continuam desempenhando papel fundamental na geração de emprego e renda, com presença na construção de simples residências a arranha-céus.

FOMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento do interior do Brasil está ligado à busca por ouro e pedras preciosas nos séculos XVII e XVIII. No passado, foi graças a atividades como a mineração que o desenvolvimento se voltou para o interior do país, com a ampliação da ocupação territorial, transformando vilarejos em cidades, com investimento em comércios, escolas e em melhores acessos para ligar essas localidades.

Historiadora, consultora do setor de mineração e professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Regina Helena Alves da Silva explica que a mineração no Brasil é fundamental no desenvolvimento do país ao longo da sua História.

"Começa no século XVII, com as expedições que abriram o interior do território na procura de minerais valiosos, como ouro, prata, cobre, e pedras preciosas, como diamantes e esmeraldas", cita Regina.

O impacto econômico foi profundo, com a produção atingindo o auge entre 1750 e 1754, quando o Brasil produziu cerca de 15,8 toneladas de ouro. Atualmente, o país exporta em média mais de 70 toneladas do minério (ou metal) por ano, segundo o Ibram. No primeiro semestre de 2024, o ouro representou 7,5% do faturamento do setor e a produção foi de 28,7 toneladas.

Com o passar do tempo, impulsionado pela mineração, o que se viu no Brasil foi o crescimento do Sudeste como novo polo econômico por meio da expansão das relações comerciais e um movimento forte de migração para as cidades.

A História mostra a mineração em constante evolução, com papel importante nos mais diferentes setores e voltada ao desenvolvimento da economia do país e em busca permanente de formas de reduzir os impactos ambientais e sociais.

"O ambiente de negócios aquecido não se sobrepõe ao compromisso do setor com um processo sustentável da mineração. As transformações do setor mostram que não é só discurso", destaca Raul Jungmann, diretor-presidente do Ibram.

*

TERRA DE RIQUEZAS Os destaques na produção mineral brasileira

MINAS GERAIS: Responde por 1/3 da produção mineral do país, 40% da produção de minerais metálicos e 50% do ouro brasileiro. Outros destaques são 0 lítio e 0 nióbio.

GOIÁS: Lidera em fostafo, níquel, vermiculita e tem volume relevante de cobre, ouro, bauxita, nióbio, calcário.

MATO GROSSO: Produz ouro, calcário, manganês, estanho, diamante, areia, brita e zinco. Cerca de 80% da produção mato-grossense é de ouro e calcário.

BAHIA: Tem maior investimento e é um dos líderes na produção de minerais, como argila, rochas britadas, vanádio e cascalho.

PARÁ: Diversificado, O estado produz ouro, estanho, manganês, cobre, além do grande volume de minério de ferro.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1§ion=1)**

Avanço das bets e endividamento freiam alta maior no consumo, avalia varejo

Varejo Adriana Mattos De São Paulo

O ganho de renda e a expansão do emprego neste ano não estão conseguindo levar a um aumento tão veloz do consumo como no passado, quando as empresas foram capazes de acelerar as vendas rapidamente, e de forma mais constante, após períodos de crise.

Há um mapeamento de fatores sendo feito dentro de varejistas e indústrias para entender porque, apesar da receita superior a 2023, alta mais acelerada ainda não foi totalmente destravada neste ano.

Ontem, esse tema da retomada foi abordado na conferência anual do Santander, em São Paulo, e empresários e executivos afirmam que o endividamento ainda elevado das famílias é o fator número um que explica esse cenário. Somado a isso, a manutenção da taxa de juros (Selic) em patamar elevado e a alta exponencial dos gastos com jogos virtuais e apostas esportivas entram nesse cálculo.

"A essa altura, poderíamos, como setor, estar crescendo mais. O primeiro trimestre foi bom, depois maio piorou, julho também não foi legal, e agosto melhorou. Anda meio irregular", disse a jornalista Jorge Faíçal, presidente da Plurix, grupo supermercadista do Pátria Investimentos, com 180 lojas e R\$ 10 bilhões em vencia anual.

De janeiro a março, o comércio avançou 5,9%, depois, até abril, a alta caiu para 4,9%. Então, atingiu 5,2% no acumulado até maio e, ao fim de junho, o ano crescia um pouco mais, 5,5%.

"O nível de comprometimento de renda da população com dívida ainda tem um impacto. Mas esse tema [das apostas tirando recursos do consumo] também entra, e é o debate principal que está ocorrendo nas associações, como na Abras [associação dos supermercados]. Está todo mundo tentando entender o que está acontecendo", disse Faíçal, após plenária na 25 a Conferência Anual do Santander.

No GPA, dono da rede Pão de Açúcar, a empresa diz que tem acelerado vendas após a sua reestruturação, mas há um nível de endividamento da população ainda relevante, que pode explicar esse cenário de retomada abaixo do real potencial do setor, afirmou

Marcelo Pimentel, presidente do grupo.

Segundo ele, também há uma preocupação maior do varejo com o avanço dos jogos virtuais e apostas esportivas, e esse debate está na Abras e no IDV, o principal instituto do varejo, com cerca de 70 redes associadas. "É preciso avançar na regulação dessas empresas, para atuarem de forma mais transparente, até para entendermos melhor esses impactos". Ele reforçou que o GPA é mais resiliente a esse movimento, porque os usuários dos jogos, segundo pesquisas, são chefes de família do sexo masculino e das classes C e D, e o GPA é mais focado nas classes A e B.

Segundo pesquisa de 2023 do Instituto Locomotiva, 30% pertencem às camadas C, D e E, e na A e B, são 24%. Dados do Banco Central apontam para movimentação total em torno de R\$ 70 bilhões em 2023. O Itaú calcula R\$ 23,9 bilhões líquidos em 12 meses, entre gastos e ganhos em prêmios, e pesquisa da PwC, antecipada pelo Valor neste mês, estima de R\$ 120 bilhões a R\$ 130 bilhões em apostas neste ano, o equivalente a 8% da receita projetada pelo varejo em 2024(R\$ 1,5 trilhão).

O Valor apurou que, no último fim de semana, o avanço das "bets" foi tópico de um almoço com lideranças do IDV. Empresários do setor já se encontraram com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, quando se falou sobre esse tema.

Na rede Assai, a direção fez uma campanha interna para conscientizar funcionários sobre as "armadilhas" nos jogos, e cita a questão do endividamento das famílias, diz o material enviado.

"Há uma preocupação enorme, há funcionários em empresas zerando o contracheque com empréstimos para usar recursos nas bets e nos joguinhos. Há um caminho sendo estudado, que é tratar disso em Brasília, discutir limitações em cartão ou holerite, para impedir um desequilíbrio maior", diz um membro do IDV.

Associações do setor têm destacado que as empresas passaram a reforçar mais o trabalho de esclarecimento e campanhas de participação responsável. Além disso, dizem que os investimentos publicitários geram renda ao setor.

No governo, a projeção é que, com a lei que regulamenta os jogos, válida após 2025, a arrecadação irá alcançar cerca de R\$ 3 bilhões, por conta da cobrança de 12% de **impostos**. Isso ajudará o Ministério da Fazenda nos cálculos do ajuste fiscal.

O texto ainda define obrigação de atendimento aos apostadores e ouvidoria, e "ações de promoção ao jogo responsável e prevenção aos transtornos de jogo patológico". Mas a lei é generalista, e não especifica quais ações seriam obrigatórias.

Ontem, perguntado sobre o tema da retomada econômica e das "bets" em plenária do evento, o CEO do Magazine Luiza, Frederico Trajano, disse que está otimista com o país e afirmou que "aquilo que travava muito a agenda era o juro americano", mas há sinalização de queda na taxa.

"O juro aqui não ia descer se lá não descesse. E estou otimista com o Magalu. Juros têm uma relevância, porque somos líder em duráveis. Já melhoramos nosso resultado, cresceu 60% do lucro operacional. Precisava, agora, dar uma ajudinha dos juros para as categorias discricionárias poderem crescer".

Sobre as apostas, diz que é problema de saúde pública por conta dos descontroles nos jogos, e crê que a regulação é fraca. Porém, não vê efeito no curto prazo. "No primeiro semestre, não diria que teve algo que afetou consumo. Não vejo impacto no curto prazo, mas o crescimento [das apostas] será exponencial. Não há regulação, é muito frouxa. E "bet" é um problema de saúde pública. O Hospital das Clínicas está lotado."

"O juro aqui não ia descer se lá [nos Estados Unidos] não descesse." Frederico Trajano

30% dos apostadores são das classes C, D e E

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969>

Comércio amplia receitas com cashback'

Katia Simões Para o Valor, de São Paulo

A expressão em inglês dificulta a compreensão. Mas basta saber que "cashback significa "dinheiro de volta" para a conversa ficar interessante. Na prática, o conceito nada mais é do que a devolução ao consumidor de uma parte do valor gasto na compra de produtos, realização de transações financeiras e pagamento de **impostos**. Ainda longe da penetração alcançada nos Estados Unidos, a adoção de cashback no Brasil cresceu significativamente durante e após a pandemia.

A justificativa, segundo André Penariol, CEO da IZIO Co - startup especializada em eficiência promocional para a cadeia varejista -, está na participação maior da indústria, massificação dos apps, crescimento do varejo digital e uso da inteligência artificial para ofertas personalizadas.

"O cashback é um mecanismo de retenção de clientes mais rápido e eficaz do que outros, porque atribui o poder de compra ao consumidor", afirma. "Hoje, as plataformas digitais e os aplicativos permitem a criação de programas de fidelidade que forneçam soluções de cashback realmente eficientes, capazes de dar mais visibilidade aos negócios em um cenário competitivo." Não à toa, 42% dos consumidores que compram em apps consideram o cashback a melhor funcionalidade, segundo estudo realizado pelo Panorama Mobile Time e Opinion Box.

"Realizamos um levantamento junto a 1,4 milhão de shoppers e 20 varejistas e concluímos que o formato promove um aumento de 83,5% dos gastos nas compras", afirma Penariol. Com mais de 15 milhões de cadastros e 50 clientes parceiros com cerca de 2.500 pontos de venda, a IZIO Co estima que cerca de R\$ 40 milhões em cash backs sejam gerados pelos varejistas da plataforma em 2024. No ano passado foram R\$ 30 milhões.

Os benefícios para o varejo, garantem os especialistas, são muitos. Entre eles, o estímulo à recompra é investimento certo, uma vez que só se aplica para o cliente que faz a compra. Segundo a pesquisa "Global Cashback Report 2020", as promoções de cashback geram aumento de três a quatro vezes na taxa de conversão e um crescimento médio no valor do pedido de 46%, tornando-se uma estratégia de expansão de venda.

Foi de olho nesse comportamento que a Bibi

Calçados, com 130 lojas no país, adotou a ferramenta na rede. "Rodamos um piloto por dois anos nas lojas próprias e algumas franquias até alcançarmos o modelo ideal para o varejo de calçados infantis", afirma Camila Kohlrausch, diretora de marca e varejo da Bibi. "Estipulamos 15% do valor da compra como desconto para novas aquisições. Com isso, registramos no primeiro semestre deste ano 8,5% de receita incremental só com cashback." No mesmo período, 11,37% das vendas foram com o resgate de um vale ("GiftBack").

A meta é aumentar esse percentual para 20%. Segundo a executiva, o cliente que volta gasta, em média, sete vezes mais que o valor do bônus.

Com a carteira integrada ao app da 99, que conta com mais de 50 milhões de passageiros, a 99Pay oferece dinheiro de volta ao usuário que realiza pagamento de corridas com saldo da carteira (1%), pagamento de boletos (1%) e recarga de celular (3%). "Quando disponibilizamos novos produtos ou funcionalidades, a oferta de cashback também é uma grande aliada para apresentar a novidade aos usuários", afirma Luiz Landgraff, head de operações e estratégia na 99Pay. "No primeiro semestre de 2023, a carteira devolveu R\$ 69 milhões em incentivos, sendo R\$ 18 milhões em cashback." Para Leandro Capolupo, co-fundador da BonifiQ, startup de programas de fidelidade e cashback personalizados, o mercado brasileiro vive um momento de entendimento de que cashback não é custo - a iniciativa se traduz em resultados. "O objetivo é aumentar a fidelização, o engajamento com a marca", diz. "Os programas são mais tangíveis, a ponto de elevarem a taxa de conversão de quem recebeu o benefício e o usou de 5% para até cerca de 15% nos últimos quatro anos." Com cerca de 430 programas ativos, mais de 1,4 milhão de consumidores impactados, a BonifiQ registrou R\$ 19 milhões de receita gerada na plataforma pelas empresas parceiras.

Com boa parte da venda concentrada no segundo semestre, a Toy Mania lançou seu programa de cashback no início de 2023, a fim de aumentar a frequência de compra, uma vez que brinquedo é um produto sazonal. "Saímos de uma taxa de recompra de 3,5% para 12%", afirma Eduardo Carvalho, head de e-commerce e digital. "Os participantes do sistema de pontos tiveram ticket médio 78% maior, o que impactou num incremento de 11% da receita." Com foco no comércio virtual, a Toy Mania registrou 600 mil pedidos em 2023, com ticket médio de R\$ 180.

"Registramos no primeiro semestre deste ano 8,5% de receita incremental só com cashback" Camila Kohlrausch

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969>

Custo Brasil: o preço que pagamos

Caro leitor, você já ouviu falar do Custo Brasil? Trata-se de um indicador, produzido pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que mensura o quão mais caro é investir/produzir aqui no Brasil, quando comparado à média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O último dado divulgado mostrou que o Custo Brasil somou R\$ 1,7 trilhão em 2021, ou seja, quase 20% do nosso **PIB** naquele ano. Parece difícil de entender, mas não é. Podemos afirmar, então, que a cada 5 produtos feitos em uma empresa, 1 é destinado apenas para pagar o Custo Brasil. Por uma outra ótica, quando você paga 5 reais em um produto, 1 real é para pagar esse custo. Ou seja, esse resultado impacta não apenas os empresários, mas sim em toda a população, uma vez que esse custo é repassado nos preços dos serviços e produtos. Além disso, esse valor que é destinado a pagar esse custo pelo setor produtivo, poderia ser convertido em investimentos, ampliação da capacidade produtiva, empregos e, conseqüentemente, renda. Para chegar ao resultado do Custo Brasil, são analisadas doze áreas que impactam a competitividade do setor empresarial, que são: acessar serviços públicos; financiar um negócio; dispor de infraestrutura; retomar ou encerrar o negócio; competir e ser desafiado de forma justa; abrir um negócio; empregar capital humano; acessar insumos básicos; atuar em ambiente jurídico-regulatório eficaz; integrar-se com cadeias produtivas globais; honrar **tributos**; e reinventar o negócio. Como diretora do Movimento Mato Grosso Competitivo (MMTC), me sinto na obrigação de explicar e disseminar o conhecimento sobre o Custo Brasil, e por isso decidi fazer uma série de análises sobre esses doze itens, que começará na semana que vem. É importante destacar que o Governo Federal formou o Grupo de Trabalho para a Redução do Custo Brasil e elencou oito eixos de atuação para tentar reduzi-lo, com base nos principais problemas levantados por empresários e pela sociedade civil em uma consulta pública. Os eixos a serem abordados são: obrigações tributárias; financiamento e garantias; custo de energia elétrica; custo do gás natural; acesso à infraestrutura de transporte, logística e telecomunicações; integração com a economia global; licenciamento ambiental, meio ambiente e saneamento básico; e ambiente jurídico-regulatório. Acredito que, se de fato conseguirmos avançar nesses oito pontos e encontrar formas de desburocratizar o Estado e trazer segurança jurídica para o setor produtivo, parte do custo poderá ser reduzido, gerando mais competitividade para o país

em comparação com as maiores economias do mundo. Uma coisa é certa, se quisermos que o Custo Brasil diminua, precisamos que os setores público, privado e a sociedade civil se unam para buscar soluções resolutivas. O MMTC traz essa discussão para a esfera estadual. No fim das contas, todos queremos a mesma coisa: que o nosso país prospere e, assim, toda a população que aqui reside seja beneficiada.

Orçamento de 2025 está 'mais equilibrado' que o atual, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o projeto de orçamento do ano que vem, a ser anunciado na sexta-feira, está mais ajustado com o que deve acontecer na economia. Durante participação em conferência anual do Santander, em São Paulo, Haddad disse que a peça que está sendo finalizada traz mais conforto à equipe econômica do que a apresentada no ano passado, quando, reconheceu o ministro, havia excesso de otimismo com as receitas extraordinárias levantadas em outorgas e concessões.

(das Agências)

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?numero=19543&edicao=135023>

Após enfatizar que a peça orçamentária é uma construção que passa por diversas áreas técnicas, de modo que não há como maquiá-la, Haddad assegurou que o orçamento do ano que vem vai "equilibrado" - prevendo equilíbrio entre receitas e despesas, como determina a meta fixada no arcabouço fiscal para as contas primárias. "Essa peça orçamentária me causa mais conforto do que a do ano passado. A peça orçamentária do ano passado, na minha opinião, subestimava receitas ordinárias e superestimava receitas extraordinárias." "O meu feeling é de que ela está bastante mais ajustada ao que eu penso que vai acontecer com a economia brasileira", acrescentou. O ministro observou que, por conta da deflação no IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), as receitas ordinárias foram subestimadas no orçamento que está sendo executado.

Assim, Haddad reforçou que o governo deve entregar neste ano a meta de resultado primário dentro da banda, que permite déficit de até 0,25% do **PIB** (Produto Interno Bruto) nas contas que desconsideram os pagamentos de juros.

No fim de julho, o governo congelou R\$ 15 bilhões do orçamento para garantir o cumprimento do limite inferior de meta, com déficit de R\$ 28,8 bilhões. A equipe econômica, no entanto, acredita que essa meta pode ser cumprida com o "empoçamento" de gastos vinculados (não remanejáveis) que não conseguem ser executados, como emendas impositivas.

O déficit primário é o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. Embora tenha demonstrado otimismo com o cumprimento da meta fiscal em 2024, Haddad citou desafios, como gastos bilionários sem fontes de compensação como aumento de **tributos** ou cortes de outras despesas.

Haddad: arrecadação maior que a prevista permitirá cumprir meta

ANA FLÁVIA PILAR ana.costa@oglobo.com.br São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a arrecadação federal está em um nível maior que o previsto e o governo deve cumprir a meta de déficit fiscal zero deste ano, dentro da margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para mais ou para menos.

- Dentro da banda nós vamos conseguir atingir a meta, curiosamente com uma composição mais benéfica do ponto de vista de arrecadação -disse Haddad, por videoconferência, ao participar da 25- Conferência Anual Santander, evento realizado pelo banco em São Paulo.

O ministro disse que o presidente Lula deve anunciar "em breve" o nome do novo presidente do Banco Central:- Levei ao presidente que fim de agosto, começo de setembro seria uma boa data.

Haddad afirmou que tem "obsessão" de "diminuir o estímulo fiscal que vem sendo dado há dez anos". Segundo ele, essa diminuição pode ser realizada pela queda dos "déficits primários bastante elevados" registrados pelo governo federal ao longo da última década.

Sobre a trava de R\$ 15 bilhões no Orçamento, anunciada no fim do mês passado, Haddad disse que é possível "aliviar" um pouco o corte, que, porém, ainda permanecerá elevado. Em julho, o governo anunciou um bloqueio orçamentário de R\$ 11,2 bilhões, devido a estimativas de gastos que superam o limite determinado pelo arcabouço fiscal, e R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento, por conta de recursos insuficientes para alcançar a meta.

O CEO do Santander Brasil, Mario Leão, corrobora o otimismo do ministro. Ele disse que "os dados recentes continuam mostrando que estamos com uma economia sólida, que não está superaquecida".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Prévia da inflação desacelera para 0,19% em agosto

MAYRA CASTRO

Em agosto, o IPCA-15, prévia do índice oficial de **inflação**, desacelerou para 0,19% - pouco acima das expectativas de mercado, de 0,17%. Em julho, o indicador havia ficado em 0,30%. O preço dos alimentos, que já havia recuado 0,70% no mês anterior, continuou caindo e levou a uma queda de 1,3% na alimentação em domicílio, informou ontem o IBGE.

Em 12 meses, o IPCA-15 ficou em 4,35%, contra 4,45% em julho. A meta oficial de **inflação** é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

O grupo de alimentação e bebidas recuou 0,80%. Registraram quedas significativas tomate (26,59%), cenoura (25,06%), batata-inglesa (13,13%) e cebola (11,22%). O café moído, no entanto, teve alta de 3,66%.

A alimentação fora do domicílio fez o movimento contrário: subiu 0,49%, contra 0,25% em julho. Destacam-se as altas do lanche (de 0,24% em julho para 0,76% em agosto) e da refeição (de 0,23% para 0,37%).

DADO REFORÇA SELIC A 10,5%

De acordo com Reginaldo Nogueira, economista e diretor nacional do Ibmec, a queda dos alimentos ficou abaixo do projetado, em torno de 1%. Ele ressalta que o aumento no preço dos combustíveis, de 3,47%, também impediu um recuo maior do IPCA-15. A gasolina subiu 3,33%, e o etanol, 5,81%.

-Temos um impacto sazonal sobre o preço de alimentos, e mesmo que continue havendo quedas, não é esperado que elas continuem tão fortes assim até o fim do ano. E a alta dos combustíveis, embora tenha um impacto grande na vida das pessoas, ainda está dentro do que era esperado e não deve pressionar muito ao longo do tempo -explica Nogueira.

Ele acrescenta que a expectativa é que o IPCA fique um pouco abaixo de 4,5% no ano, junto ao teto da meta de **inflação**: - Nas últimas semanas, teve um aumento nas expectativas do IPCA. Há um tempo atrás, a gente estava falando de **inflação** abaixo de

4%, agora agente já está falando de **inflação** perto de 4,2%, 4,3%, que já começa a ficar **bem** incômoda, bastante perto do limite de 4,5%.

Já para Claudia Moreno, economista do C6 Bank, a **inflação** deve voltara subir, puxada por serviços. Ela projeta que o IPCA feche este ano em 4,7%, atingindo 5% em 2025. Com isso, a projeção é que a Selic permaneça em 10,5% até o fim do ano.

No grupo educação (0,75%), os cursos regulares subiram 0,77%, puxados pelos subitens ensino superior (1,13%) e fundamental (0,57%).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IPCA-15 tem alta de 0,19%, com alívio em serviços

Marcelo Osakabe e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

Prévia da **inflação** oficial, o IPCA-15 de agosto ficou em 0,19%, exatamente o consenso dos analistas ouvidos pelo Valor Data. Acompanhados de perto pelo Banco Central, os serviços mostraram algum alívio. A média anualizada de três meses dos serviços mais sensíveis à demanda passou de 5,15% no IPCA-15 de julho para 4,72% em agosto, feito o ajuste sazonal, segundo cálculos da Warren Investimentos. O grupo alimentação e bebidas também teve um resultado benigno, com deflação de 0,8%; no mês anterior, a queda havia sido de 0,44%. Já a gasolina foi a principal influência para a alta do IPCA-15 em agosto, com variação de 3,33%. O aumento acumulado em 12 meses do IPCA-15 passou de 4,45% em julho para 4,35% em agosto. A meta perseguida pelo Banco Central é de 3%, com 1,5 ponto percentual de tolerância, para mais ou para menos.

Página A6

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1§ion=1)**

País vai levar mais tempo para ter metade de idosos e crianças

Lucianne Carneiro Do Rio

A chamada razão de dependência - a relação entre a soma das crianças (0-14 anos) e idosos (65 ou mais) frente à população em idade ativa (15-64 anos) - deve ultrapassar os 50% em 2042, ante 44,6% em 2023, mostram as projeções da população divulgadas na semana passada pelo IBGE. Esse percentual era de 90,2% pelo Censo Demográfico de 1960, caiu até 2017, manteve-se estável até 2021 e a partir daí, começou a subir.

Levantamento feito pelo economista Vitor Vidal, que hoje cursa doutorado na Universitat de Barcelona e já foi do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e do Bradesco, mostra que esse marco dos 50% na relação entre a população dependente e aquela em idade ativa foi postergado em sete anos, se comparadas as projeções do IBGE de 2018 e 2024.

Só que isso ocorreu pela queda de população projetada entre crianças e a população em idade ativa - o que sugere que teremos menos gente para trabalhar e capaz de gerar riqueza do que se imaginava anteriormente. Se a tendência de envelhecimento da população já era conhecida, a comparação das projeções aponta aceleração do ritmo, alerta Vidal:

"Esses 50% na relação entre crianças e idosos e a população em idade ativa são um marco na literatura, uma espécie de número mágico para indicar um contingente elevado da população inativa. A gente ganhou sete anos entre projeções de 2024 e 2018, mas o que explica é o decréscimo populacional nas idades mais novas e na população em idade ativa."

O aumento constante da razão de dependência daqui para a frente reflete a queda de fecundidade, que começa a frear o crescimento da população em idade ativa - há menos crianças nascendo e, portanto, menos gente se tornando apto a trabalhar-, enquanto cresce o número de idosos por causa do aumento da longevidade.

O trabalho de Vidal faz uma série de comparações entre as seis últimas projeções de população (2000, 2004, 2008, 2013, 2018 e 2024). A cada rodada de estimativas, o IBGE atualiza os números a partir dos

dados mais recentes de Censo Demográfico e com informações novas que afetem a demografia do país, como foi o caso da pandemia, por exemplo.

Com dados para o período de 2000 a 2070, o estudo Projeções da População 2024 renova, portanto, o cenário traçado pelo IBGE em 2018. Naquele ano, a expectativa era que a população de 0 a 14 anos fosse de 43,852 milhões em 2023. No novo panorama do instituto, este número chegou a 42,526 milhões, o que significa uma diferença de 1,32 milhão de crianças a menos.

Essa distância da população mais jovem observada entre as projeções de 2018 e 2023 vai se acumulando ao longo dos anos.

Para 2050, o IBGE projeta 29,743 milhões de crianças de até 14 anos pelo cenário atual (2024), 6,23 milhões que o esperado em 2018.

Professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), ligada ao IBGE, o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves diz que a taxa de dependência deve ficar abaixo dos 50% até meados da década de 2040, que é um bom momento do bônus demográfico, e aponta para as consequências econômicas de ultrapassar esse patamar dos 50%.

"Na segunda metade do século XXI, a razão de dependência vai aumentar muito e isto terá grande impacto econômico e em especial na Previdência", afirma Alves.

Outra forma de observar o fenômeno é pelo contingente de pessoas em idade ativa. Pela projeção de 2018 do IBGE, esse número seria de 149 milhões em 2023, 2,6 milhões a mais que pela estimativa mais recente, de 2024. Para 2050, esse descolamento é maior: 146,9 milhões no dado esperado em 2018 e 139,2 milhões no panorama atual, quase 8 milhões a menos de pessoas aptas a trabalhar.

"O que mais mudou foi a aceleração [da queda] da população em idade adulta [ou ativa]. O que a gente vê nos dados das projeções populacionais é que o ritmo de envelhecimento só acelera em relação ao que se esperava anteriormente. De fato, tem que se discutir uma nova reforma da Previdência. Esse assunto não terá como ficar fora da pauta do próximo

governo", defende o economista.

O levantamento de Vidal também compara o cenário para 2050 da relação entre a população em idade ativa (15-64 anos) e os idosos (65 ou mais) nas últimas projeções populacionais do IBGE. Em 2000, acreditava-se que haveria 3,9 pessoas em idade ativa para cada idoso em 2050. Agora, a estimativa é que essa relação seja de 2,7.

Atualmente, a relação entre a população em idade ativa e a população em geral está na faixa dos 69%, nível observado desde 2014 e que se manterá até 2025, pela projeção do IBGE. Em 2026, cai para 68,9% e recua gradativamente a partir daí para 63,2% em 2050, 59,8% em 2060 e 57% em 2070.

O indicador é usado para caracterizar o bônus demográfico, quando há um contingente maior de pessoas em idade de trabalhar que aquelas dependentes, como crianças e idosos. Quanto maior a mão de obra, mais gente é capaz de gerar riqueza para o país e impulsionar o crescimento econômico, o que permite melhorar as condições de vida da população.

Pesquisadora sênior do FGV Ibre e coordenadora do Boletim Macro Ibre, a economista Silvia Matos destaca o efeito do crescimento mais forte do grupo em idade ativa que da população geral para a expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita. Até agora, o bônus demográfico ajuda no crescimento do indicador, mesmo com evolução limitada da produtividade.

"A relação entre a PIA [população em idade ativa] e a população crescia 0,4% ao ano em média, o permitia ao **PIB** per capita crescer mais que a produtividade do trabalho. Sem bônus demográfico, será mais difícil o descolamento do **PIB** per capita e da produtividade do trabalho", afirma Matos.

O desafio para o aumento mais elevado do potencial de crescimento no médio prazo, de acordo com a economista, é o fato de que a taxa de participação no mercado de trabalho não aumenta, mesmo com a escolaridade. "O Brasil já tem uma taxa de participação baixa para um país de renda média e ainda não tão envelhecido", diz.

"50% na relação entre crianças e idosos e população adulta são marco de população inativa alta"

Vitor Vidal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1§ion=1>

Após meses de pressão, serviços dão alívio na prévia da inflação de agosto

Marcelo Osakabe e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

A prévia da **inflação** de agosto trouxe uma boa notícia para a condução da política monetária. Após várias leituras sinalizando pressão, os serviços mostraram alívio, em um movimento que parecer ter relação com as enchentes no Rio Grande do Sul e também com atividades sensíveis ao mercado de trabalho.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,19% em agosto, após alta de 0,30% em julho. O resultado veio em linha com a mediana das 30 projeções colhidas pelo Valor Data. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 4,35% e, em 2024, de 3,02%.

A gasolina foi a principal influência individual para a alta do IPCA-15 em agosto, com variação de 3,33% e impacto de 0,17 ponto percentual. Entre as classes de despesa, o destaque foi para alimentação e bebidas, cuja deflação alcançou 0,80%.

O chamado índice de Difusão, que mede a proporção de bens e serviços que tiveram aumento de preços no período, subiu para 53,1% neste mês, vindo de 51,2% na prévia de julho. Já a média dos cinco núcleos do IPCA-15 monitorados pelo Banco Central desacelerou para 0,29% em agosto, vindo de 0,34% em julho, segundo cálculos da MCM Consultores.

"O dado veio acima do que esperávamos, mas o vemos com bons olhos. As surpresas altistas vieram concentradas em itens voláteis e que tiveram deflação menor que o esperado, como alimentação no domicílio e passagens aéreas. Já as aberturas de serviços mostraram surpresa benigna", comentou o economista da Parcitas Gustavo Maia.

Nos cálculos da Warren Investimentos, a média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada da **inflação** de serviços subjacentes desacelerou de 5,15% na prévia de julho para 4,72% na de agosto. Já o serviços intensivos em mão de obra passaram de 4,94% para 4,43%, na mesma métrica.

"A gente não viu uma descompressão como essa neste ano e era até fácil justificar a tendência, se olharmos o comportamento do Caged e o crescimento

dos salários reais. Então o novo dado é uma notícia positiva, ainda que seja cedo para comemorar", diz Andréa Ângelo, estrategista de **inflação** da corretora.

Ela pondera, no entanto, que o movimento nos preços de serviços contou com ajuda da devolução de altas recentes em itens como seguro de automóvel, que podem ter tido relação com as enchentes no Rio Grande do Sul. Por outro, também foi ajudado pela desaceleração em áreas que costumam mostrar grande volatilidade, como cabeleireiro.

"A despeito do dado cheio um pouco pior, a parte da **inflação** que gostaríamos de ver cedendo mais, a de serviços intensivos em trabalho, veio abaixo da nossa projeção. Tínhamos 0,40% e veio 0,24%", disse Rafael Gonçalves Cardoso, economista-chefe do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Daycoval. "Foi também a menor variação desde novembro do ano passado, então é um frescor, levando em consideração que é a parte que o BC tem dado mais atenção."

Cardoso chamou atenção ainda para o comportamento dos bens industriais, cujos preços haviam subido mais que o esperado em julho, levantando um alerta sobre o repasse cambial. Na prévia de agosto esse temor arrefeceu, disse, dado que houve variações para ambos os lados, sendo que o principal vetor de alta-o etanol-tem menor sensibilidade ao câmbio.

João Fernandes, economista da Quantitas, também ressalta a boa leitura da **inflação** de serviços intensivos em mão de obra, que levaram a métrica mensal anualizada de 6,5% em julho para 3% na prévia de agosto. Ainda assim, uma alta da alta da Selic na próxima reunião ainda é o cenário-base, diz.

"Existem outros elementos em jogo que continuam majoritários, como as expectativas de **inflação** desancoradas e que voltaram a subir, a atividade forte e o comportamento dos preços de bens do câmbio, cuja trajetória ainda é incerta por causa das questões fiscais, de risco-país", afirmou. A Quantitas projeta elevação de 0,25 ponto na próxima reunião do Copom.

"Dado veio acima do que esperávamos, mas o vemos com bons olhos"

Gustavo Maia

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969?page=1§ion=1)**

Projeto orçamentário de 2025 é mais confortável que atual, diz Haddad

Estevão Taiar e Guilherme Pimenta De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 "me causa mais conforto do que" o PLOA de 2024. Segundo ele, o texto referente ao ano que vem, que será apresentado na sexta-feira, contará também com "programas sugeridos pelo setor privado". As afirmações foram feitas na 11ª Conferência Anual do Santander, na qual ele também disse que defendeu para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que o novo presidente do Banco Central (BC) seja apresentado até o início do mês que vem.

No evento, Haddad afirmou que o PLOA de 2024 "subestimava receitas ordinárias e superestimava receitas extraordinárias". Isso aconteceu, de acordo com ele, principalmente por questões técnicas, como o comportamento do índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

"Meu feeling é que essa peça [de 2025] está bastante mais ajustada ao que vai acontecer na economia brasileira", disse. "Do ponto de vista técnico, [o texto] traz segurança ainda maior para nós de que estamos em trajetória consistente [de equilíbrio nas contas públicas]."

Haddad destacou as sugestões feitas "pelo setor privado, que está se unindo ao esforço da Fazenda para buscar fontes e alternativas de receita". Uma das propostas originárias do setor privado e que estarão no PLOA "vai ao encontro de um sistema tributário decente".

O ministro também afirmou que tem a "obsessão" de diminuir, por meio da queda dos "déficit primários bastante elevados", o "estímulo fiscal que vem sendo dado há dez anos".

A respeito da meta de resultado primário estabelecida para este ano, Haddad disse afirmou que acredita "que vamos conseguir" atingi-la, "ainda que dentro da banda". A meta de é de déficit zero para este ano, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**). A banda de 0,25 ponto percentual equivale a algo entre R\$ 28,8 bilhões para cima ou para baixo.

"Mas [o objetivo será cumprido] com uma composição

mais benéfica do ponto de vista da arrecadação", disse.

De acordo com ele, o governo federal poderá diminuir o congelamento de R\$ 15 bilhões de despesas da União anunciado no mês passado e realizado para cumprir tanto a meta de resultado primário quanto o limite de despesas estabelecidos pelo arcabouço fiscal.

"Podemos aliviar esse montante, mas vai ficar em patamar elevado", afirmou. Mas, segundo o ministro, a redução vai "depender do Congresso", referindo-se a projetos em tramitação.

Por fim, Haddad ainda afirmou que ele e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, concordaram em conversas entre os dois "que agosto era um bom mês" para anunciar o novo presidente da autoridade monetária.

"Levei ao presidente [Lula] que fim de agosto, começo de setembro seria uma boa data", disse. "O presidente está com essa informação na cabeça para fazer o anúncio em breve."

O atual diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, é o principal cotado para assumir a vaga. Ele é próximo de Lula e foi secretário-executivo do Ministério da Fazenda no primeiro semestre de Haddad à frente da pasta.

"Podemos aliviar esse montante, mas vai ficar em patamar elevado" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187969?page=1§ion=1>

Incerteza sobre próximos passos da Selic aumenta

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

O aumento da incerteza sobre os rumos da política monetária tem sido relevante nas últimas semanas. A percepção de uma atividade econômica que resiste em desacelerar se uniu à escalada do dólar contra o real neste ano para dar apoio a uma visão crescente de que o Banco Central (BC) será obrigado a retomar, em setembro, o processo de aperto das condições monetárias.

Aliada a essa percepção está a comunicação recente de alguns dirigentes do Banco Central, em especial os diretores Gabriel Galípolo (política monetária) e Diogo Guillen (política econômica).

Antes da decisão de juros de julho, poucas casas já projetavam novas altas da Selic, como XP Asset Management e Novus Capital. Após a reunião, porém, o cenário ganhou adeptos entre gestoras relevantes, como Legacy Capital, Itaú Asset Management e ASA, enquanto, mais recentemente. Mais recentemente, algumas equipes do "sell side" aderiram a esse cenário - casos de XP e BTG Pactual.

Há, porém, alguma incerteza que permanece no radar. Não por acaso, embora a curva de juros e o mercado de opções digitais de Co-pom continuem a indicar chance majoritária de início de um ciclo de aperto da Selic em setembro, o consenso dos economistas de mercado do Focus segue indicando o juro básico parado em 10,5%, embora a média das projeções tenha subido.

Nos últimos dias, alguns bancos como Barclays, J.P. Morgan e Morgan Stanley reafirmaram a visão de Selic parada em 10,5%.

A melhora do câmbio desde o pico do estresse, quando o dólar alcançou R\$ 5,86, e a expectativa de desaceleração da atividade econômica mais à frente são alguns dos fatores usados por aqueles que rejeitam a visão de que uma elevação da taxa se mostra necessária. Além disso, uma iminente flexibilização da política do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) também entraria na conta.

O Valor ouviu dois participantes do mercado com visões distintas sobre a exigência - ou não - de um processo de elevação da Selic com início em

setembro, como está precificado há algum tempo nas taxas de mercado.

O economista-chefe da Genoa Capital, Igor Velecico, adota há um cenário em que o juro básico começa a ser elevado em setembro, com uma alta de 0,25 ponto percentual e chega a 12% no início de 2025. Para ele, a retomada do aperto é necessária, já que o contexto abarca uma economia que não está em equilíbrio. "E isso gera **inflação**", diz, ao projetar o IPCA em 4,3% neste ano e em 4,2% em 2025.

"O BC vai ganhar credibilidade se fizera coisa certa, e a coisa certa a se fazer no momento é subir os juros para endereçar os desequilíbrios domésticos que estão hoje no cenário, e fazer a **inflação** voltar a se aproximar da meta de 3%", argumenta o economista, ao ver uma atividade "sobreaquecida" no país.

Do lado oposto, o estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, não vê necessidade de um aperto adicional dos juros e projeta a manutenção da Selic em 10,5% por mais tempo.

"Se o BC promover um ciclo de alta de 1,5 ponto percentual a 2 pontos [na Selic], o modelo dele, no horizonte relevante, vai apontar uma projeção de IPCA de 2,7%. Em vez de fazer um ciclo de alta para logo ter que fazer um ciclo de cortes, parece muito mais coerente manter a Selic estável, com um discurso duro", argumenta o profissional, que já chefiou o Departamento de Mercado Aberto do BC.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187969>

"BC não precisa elevar juro para ganhar credibilidade"

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

Com a melhora do cenário externo e das perspectivas para o real desde o último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) o Banco Central não deveria, à luz dos dados disponíveis hoje, elevar a Selic na próxima reunião. Na visão do estrategista-chefe da Warren Investimentos e ex-chefe do Departamento de Mercado Aberto (Demab) do BC, Sérgio Goldenstein, um ciclo de aperto da ordem de 1,5 ponto ou 2 pontos na taxa colocaria as projeções do Copom no horizonte relevante abaixo do centro da meta de **inflação**.

Valor: Por que o BC não deveria voltar a aumentara Selic?

Sérgio Goldenstein: É um conjunto. A projeção de **inflação** no horizonte relevante, no cenário em que a Selic se mantém constante em 10,5%, estava em 3,2% no último Copom, muito próxima da meta. O que aconteceu de lá para cá? Uma reversão do "overshooting" [desvalorização exagerada] do real, que agora passou a ter uma perspectiva mais favorável. Por muito tempo o BC sublinhou que o cenário externo estava adverso e a grande novidade é que ficou mais favorável. O Fed [Federal Reserve, banco central americano] já anunciou que vai cortar [os juros] em setembro e isso tende a favorecer um maior fluxo para emergentes e um real mais apreciado. Também caíram riscos de um "hard landing" [pouso forçado da economia], algo que tende a aumentar o apetite a risco. O processo do desmonte de operações de "carry trade" [em que o investidor capta recursos num país com juros mais baixos e aplica em outro com taxas mais elevadas] já se esgotou em boa medida. As perspectivas para o real são mais favoráveis.

Valor: Como o Copom deve analisar este cenário?

Goldenstein: O câmbio vai levava um recuo da projeção de 3,2%, que já estava próxima da meta. O BC precisa ver onde o real vai se acomodar. Nas últimas comunicações, havia um sinal de desconforto com a trajetória do real e é preciso ver se esse melhor comportamento vai contribuir para um processo de desinflação e se este cenário vai se traduzir em um real mais apreciado.

Valor: E isso deveria impedir uma elevação da Selic?

Goldenstein: Se o BC promover um ciclo de alta de 1,5 ponto percentual a 2 pontos, o modelo dele, no horizonte relevante, vai apontar uma projeção de IPCA de 2,7%. Em vez de fazer um ciclo de alta para logo ter que fazer um de cortes, parece muito mais coerente manter a Selic estável com um discurso duro. Mas não é só a questão do cenário externo. O IPCA-15, divulgado ontem, já veio melhor, na margem, pelas medidas de serviços subjacentes e intensivos em trabalho. Do último Copom para cá, não vejo nenhum fato que justifique uma preocupação maior do BC. Ele, inclusive, deveria ficar menos desconfortável. Não é um pingue-pongue para ficar jogando a Selic de um lado para outro.

Valor: Ainda há a rolagem do horizonte relevante...

Goldenstein: Na meta contínua, quando olhar 18 meses à frente, vai levar a uma projeção de **inflação** ainda menor. Vão sair meses de 2025 e entrar os de 2026, que devem ter **inflação** mais baixa. Pela apreciação do câmbio e pelas expectativas, tudo mais constante, a projeção do BC também deve cair.

Valor: Como avalia a comunicação recente do BC?

Goldenstein: Na ata, o Copom foi claro em deixar as duas possibilidades em aberto, a de manter ou a de subir os j uros. Mesmo com o Galípolo [Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do BC] sendo "hawk" [pró-aperto], ele nunca garantiu uma alta de juros. Entre um Copom e outro, se tornou mais necessário um aperto adicional? Os dados me dizem que não.

Valor: A atividade econômica permanece bastante aquecida. Isso não deveria gerar mais cautela?

Goldenstein: A situação seria diferente se a Selic estivesse em território neutro ou expansionista. Você pode argumentar que a atividade está aquecida. Mas isso é, em grande parte, devido a um enorme impulso fiscal, que vai ser menor no ano que vem e deve gerar desaceleração. Não parece um argumento suficiente para subir a Selic, dado que é algo que está no retrovisor. Mas é preciso manter o discurso duro. Caso as expectativas, o câmbio ou o cenário externo piores, aí sim o aperto monetário deve ser retomado.

Valor: Há o argumento de que o real se apreciou por conta do discurso mais duro do BC. E que não aumentar a Selic poderia gerar uma reversão desse movimento...

Goldenstein: Esse é o argumento de que o BC precisa subir a Selic para ganhar credibilidade. Primeiro fato, o governo manteve a meta em 3%, algo de que o mercado duvidava e garantiu que uma mudança da meta só pode ocorrer após 36 meses. Se o governo estivesse buscando uma leniência com a **inflação**, não teria feito isso. A própria interrupção do ciclo a 10,5%, patamar bem superior ao que o mercado esperava, foi uma demonstração técnica de autonomia. Se fosse evidente que o BC teria que subir os juros em setembro, não haveria ninguém duvidando. Ele não precisa subir só para mostrar que pode subir. Tecnicamente, acho difícil defender alta, já que algumas coisas melhoraram do Copom para cá. Mostraria uma fraqueza do BC, que precisaria se provar aumentando os juros. Se ele fizer um ciclo de 1,5 a 2 pontos, a projeção de **inflação** dele ficaria abaixo da meta. E se fizer um ciclo muito pequeno, só reforçaria que ele é desnecessário. Boa parte do mercado fala em subir a Selic para depois logo cortar. Não consigo ver muita coerência nisso.

Valor. Espera decisão unânime?

Goldenstein: É natural que existam decisões divididas, mas, neste momento, é preciso um esforço máximo para ter união.

"Não é um pingue-pongue para ficar jogando a Selic de um lado para outro" Sérgio Goldenstein

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969>

"A coisa certa a se fazer no momento é subir a Selic"

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

Adepto de um cenário base que contempla, há algum tempo, uma retomada do ciclo de aperto monetário pelo Banco Central, o economista-chefe da Genoa Capital, Igor Velecico, vê um processo de elevação da Selic como necessário "para endereçar os problemas e os desequilíbrios domésticos que estão hoje no cenário". Ao Valor, o economista projeta os juros a 12% no início de 2025, diante de um ambiente de atividade econômica sobreaquecida e desancoragem das expectativas inflacionárias.

Valor: O mercado tem discutido a chance de alta de juros. Porquê?

Igor Velecico: Eu discordo da avaliação de que o BC deveria subir juros só para "comprar" credibilidade, para provar que tem autorização para elevar os juros. O BC vai ganhar credibilidade se fizer a coisa certa e a coisa certa a se fazer no momento é subir os juros para endereçar os desequilíbrios domésticos que estão hoje no cenário, e fazer a **inflação** voltar a se aproximar da meta de 3%. Temos uma alta de 1,5 ponto no cenário hoje e isso deve ajudar a desacelerar um pouco a economia nos próximos trimestres.

Valor: Até pouco tempo, a discussão era sobre queda de juros e, agora, vemos uma chance de alta, de aperto monetário. Por quê?

Velecico: A economia não está equilibrada e isso gera **inflação**, acima do compatível com a meta de 3%. No ano passado, alguns fatores trouxeram a **inflação** para baixo sem custo no **PIB**, mas esses movimentos de queda da **inflação** de alimentos e de bens industriais acabaram. Inclusive, estão até surpreendendo um pouco para cima. A **inflação** está reagindo muito mais aos fundamentos do que aos choques externos. A **inflação** anualizada de três meses está acima de 4% em todas as leituras de 2024, com exceção do mês de janeiro. Estamos em agosto já... É uma **inflação** que não mostra uma convergência para a meta.

Valor: Há uma expectativa por cortes de juros do Fed, o que poderia dar algum alívio às pressões inflacionárias, não?

Velecico: Claro, o cenário externo tem relevância, mas

o nosso principal desequilíbrio é doméstico. Torcer para a China desacelerar ou para o Fed ser "do vish" [suave] são coisas que não vão resolver o sobreaquecimento da economia no curto prazo. Até pode gerar menos **inflação** nos próximos meses, mas não resolve o fundamento da **inflação** subjacente. Projetamos um IPCA de 4,3% neste ano e, com alta de juros de 1,5 ponto, vemos uma **inflação** de 4,2% em 2025.

Valor: Quase sem desinflação...

Velecico: Quem vai ditar o jogo, em última instância, é a evolução da atividade. Já temos uma política monetária que, nas palavras do próprio BC, é contracionista. Isso significa que a ociosidade deveria aumentar, mas não é o que temos visto. O **PIB** do segundo trimestre vai crescer 1%, mas o nosso potencial não é 4%... Vai ser difícil precisar o fim do ciclo. Acreditamos que será em 12%, mas o momento ideal será quando o BC sentir que a atividade está respondendo ao juro mais restritivo e que, assim, poderá ficar mais tranquilo de que a projeção dele vai se concretizar. Se olharmos para o histórico de revisões do hiato que o BC fez nos últimos dois anos, dá para perceber um movimento recorrente de revisão para um hiato [medida de ociosidade da economia] mais inflacionário. Esse movimento ainda não terminou, e deveria requerer muito mais atenção por parte do BC a respeito da assimetria de sua projeção de **inflação** para os próximos dois anos. Para este ano, estimamos um crescimento de 2,8%, o que é acima do potencial, e, para o ano que vem, vemos um **PIB** de 1,8%, o que indicaria uma desaceleração tímida.

Valor: Desde o último Copom, o dólar teve uma melhora e as expectativas de **inflação** pararam de piorar. Isso não poderia levar o BC a não precisar elevar a Selic?

Velecico: Alguns indicadores devem apontar para o BC que a economia está sobreaquecida e ele deve incorporar isso nos modelos, o que deixará o hiato mais pressionado, e que, por sua vez, deve jogar as projeções de **inflação** para cima. Com relação ao dólar, as falas do diretor [de política monetária do BC] Gabriel Galípolo foram importantes no sentido de dar um certo "downplay" [minimizar] nos movimentos de câmbio e o impacto na decisão de juros. A economia

está resiliente, a **inflação** prospectiva está desancorada, então será preciso fazer algum aumento de juros que tem a ver com os fundamentos. Óbvio que o real apreciar um pouco ajuda nas projeções, mas isso é temporário. Não dá para endereçar nosso desequilíbrio doméstico - como crescimento e salário fortes - ancorado em algo não permanente. A decisão de subir juros foi "desplugada" do câmbio e entendo que isso é acertado. Além disso, um dos motivos para o câmbio ter apreciado foi pelo fato de a autoridade monetária ter sinalizado que fará alta de juros. Portanto, uma surpresa influenciaria o mercado e o comportamento benigno que o câmbio apresentou seria desfeito, já que seria gerada uma incerteza enorme de novo.

Valor: No cenário de vocês, o ciclo começaria com uma alta de 0,25 ponto. Por quê?

Velecico: O desafio de controlar a **inflação** vai se apresentar ao BC ao longo do tempo. Se ele soubesse já de partida que o ciclo teria de ser de 1,5 ponto ou de 2 pontos, talvez fizesse sentido começar em um ritmo mais tempestivo, mas ele será convencido ao longo do segundo semestre. Por isso achamos que a curva de resposta do BC tende a ser uma alta de 0,25 ponto em setembro, seguida de duas de 0,5 ponto, e mais uma de 0,25 ponto no início de 2025.

"Quem vai ditar o jogo, em última instância, é a evolução da atividade econômica" Igor Velecico

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969>

Bancos estão relativamente otimistas, apesar de incertezas

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro De São Paulo

Banqueiros reunidos ontem em evento promovido pelo Santander se mostraram relativamente otimistas com a economia brasileira, apesar das incertezas. A visão é de que os dados de atividade atuais estão bons e que o início de um ciclo de redução de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) poderia aliviar a pressão sobre o Banco Central brasileiro, que já sinalizou a possibilidade até de uma alta da Selic. Enquanto isso, o cumprimento das metas fiscais segue sub judice.

O CEO do BTG Pactual, Roberto Sallouti, disse que o país vive um momento curioso, no qual os números da economia estão bons, mas há muita preocupação com o futuro. De acordo com ele, apesar das boas sinalizações, ainda há incertezas, por exemplo, quanto ao cumprimento do arcabouço fiscal e à manutenção da autonomia do Banco Central (BC). "Eu pessoalmente acho que o arcabouço fiscal vai ser cumprido, mas os agentes financeiros querem pagar para ver", afirmou.

Segundo Sallouti, o cenário não é tão benigno quanto se imaginava no final do ano passado, mas também não é tão preocupante quanto se vislumbrou em algum momento do segundo trimestre, quando o dólar bateu R\$ 5,70. "Acho que agora vamos ter um cenário externo muito positivo e o governo querendo recuperar a credibilidade do arcabouço e BC independente." O CEO do Santander Brasil, Mario Leão, disse que pode acontecer de o Fed cortar os juros e o Comitê de Política Monetária (Copom) subir. Esse, no entanto, não é o cenário base do banco. "Acho que podemos ter um cenário de acomodação que permita ao BC não subir juros. Estamos em momento de inflexão lá fora e potencial inflexão aqui." De acordo com ele, os dados mostram que a economia brasileira está sólida, mas não superaquecida, ou seja, não há uma pressão tão alta sobre a **inflação**. "Por enquanto, está tudo na faixa esperada, o que pode ser uma grande oportunidade." O CEO global do Santander, Héctor Grisi, que veio ao Brasil para participar do evento, disse que toda vez que visita o país fica impressionado com o dinamismo da economia. "O Brasil não tem outra direção para ir a não ser para frente".

O vice-presidente de Finanças e Controladoria da Caixa, Marcos Brasiliano, reafirmou que a instituição

tem conversado com o BC para a redução de compulsório no crédito habitacional, em meio à queda na poupança, que dificulta o funding. "O BC já tomou medidas nesse sentido, quando há desabastecimento em alguma linha, ele atua. A última vez foi no depósito à vista, na parte que é direcionada a microfinanças". Para ele, na questão da moradia popular não há problemas, a dificuldade está na classe média, que depende de linhas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), onde os juros são limitados a 12% ao ano.

O diretor financeiro e de mercado de capitais do BNDES, Alexandre Abreu, afirmou que hoje o banco não dá mais crédito subsidiado, sendo que seu principal diferencial é em termos de prazos mais longos. Segundo ele, a única exceção, ou seja, com subsídios, é uma linha para inovação.

"Acho que podemos ter uma acomodação que permita ao BC não subir juros" Mario Leão

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969>

Eleição nos EUA: pontos para o investidor observar - PALAVRA DO GESTOR

Alex Silva é sócio da gestora de patrimônio Aware Investments E-mail alqsilva@awaregestao.pt

Os americanos vão às urnas no início de novembro para escolher quem irá comandar o país a partir de janeiro de 2025 pelos próximos quatro anos. Trata-se de uma disputa que começou com fortes emoções - como o atentado sofrido por Donald Trump, a desistência de Joe Biden em concorrer à reeleição e a entrada da vice-presidente Kamala Harris representando o partido dos Democratas - e, pelos próximos dois meses, tudo pode acontecer. Independentemente de quem vencer a eleição e assumir o comando da maior economia do planeta, há impactos para o Brasil e, conseqüentemente, para o investidor brasileiro.

Toda mudança de gestão, seja no âmbito público ou privado, representa um momento sensível que pode provocar mudanças nos rumos da organização e nas decisões de investimentos e despesas de forma significativa. No que se refere a uma mudança na chefia de Estado ou governo, mais ainda.

O investidor brasileiro deve se atentar para eventuais mudanças nas políticas macroeconômicas (fiscal, monetária, comercial e de rendas), além de alterações regulatórias que podem ocorrer com a troca de presidente e, portanto, de eventuais mudanças quanto a maior ou menor intervenção do Estado no ambiente econômico.

Questões como taxas de juros, políticas fiscais, acordos comerciais e regulamentações específicas para setores como tecnologia, saúde e energia podem ser afetadas. Além disso, o investidor deve monitorar a volatilidade do mercado, que tende a aumentar durante os períodos eleitorais. Como suas propostas são bem antagônicas, a depender de quem vença o pleito presidencial nos EUA, pode haver continuidade das políticas atuais (caso de vitória de Kamala Harris) ou uma mudança significativa (caso de vitória de Donald Trump). É preciso analisar com atenção os respectivos planos de governo e acompanhar os desdobramentos da corrida eleitoral.

A economia americana é resiliente e pode continuara crescer, especialmente se houver estímulos econômicos e políticas favoráveis ao crescimento. A **inflação** e as taxas de juros também serão fatores

críticos a serem monitorados. No entanto, é possível que a economia do país enfrente volatilidades devido à incerteza política com a eleição, além de possíveis mudanças nas políticas fiscais e monetárias. Por isso, é recomendado cautela aos investidores, sugerindo-se uma postura mais conservadora aos investimentos nos EUA.

Investir em ativos na terra do Tio Sam antes do resultado da eleição presidencial pode envolver riscos devido à incerteza política e volatilidade do mercado e uma estratégia prudente pode ser diversificar os investimentos, alocando recursos em outros mercados internacionais além dos EUA.

Países com economias estáveis, como aqueles da União Europeia, que possuem políticas econômicas e sociais mais previsíveis, podem ser boas opções para reduzir o risco. Economias como Alemanha e França oferecem estabilidade e setores robustos, como tecnologia, manufatura e saúde. Destaco também Canadá e Austrália, que oferecem estabilidade econômica e são ricos em recursos naturais, além de terem setores de tecnologia e saúde em expansão; China, que, apesar das tensões comerciais, tem crescimento contínuo da economia e o desenvolvimento tecnológico torna o país uma opção atrativa; e Índia, que possui uma economia em rápido crescimento e um mercado consumidor crescente.

Independentemente do país escolhido, quem quer investir no exterior precisa estar atento a estes cinco pontos:

- 1) **Diversificação:** espalhe os investimentos por diferentes países, setores e tipos de ativos para reduzir riscos;
- 2) **Pesquisa:** estude os mercados e economias dos países nos quais pretende investir, compreendendo os riscos e as oportunidades;
- 3) **Consultoria:** considere buscar orientação de consultores financeiros ou profissionais com experiência em investimentos internacionais que já atuam nesse mercado há anos;
- 4) **Acompanhamento:** mantenha-se informado sobre as condições econômicas, políticas e regulatórias dos mercados nos quais está investindo;

5) Planejamento de longo prazo: invista com uma perspectiva de longo prazo, evitando reações impulsivas às volatilidades de curto prazo (elas existem e vão continuar existindo, infelizmente).

Por fim, independentemente de Donald Trump, Kamala Harris, país A, país B ou país C, faça escolhas de investimento que reflitam seus valores e garantam um futuro próspero e sustentável para você e sua família.

Alex Silva é sócio da gestora de patrimônio Aware Investments E-mail alqsilva@awaregestao.pt

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187969>

IPCA-15 revela preços de alimentos mais baratos

Os alimentos voltaram a ficar mais baratos em agosto, de acordo com a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) no mês, segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As famílias pagaram menos pelo tomate (-26,59%), cenoura (- 25,06%), batata-inglesa (- 13,13%) e cebola (-11,22%). O tomate liderou o ranking de contribuições negativas para o IPCA-15 do mês, ajudando a conter a **inflação** em -0,08 ponto percentual. O subitem foi seguido pela batata-inglesa, com impacto de -0,04 ponto percentual. A cebola ajudou a deter a **inflação** em -0,03 ponto percentual. Por outro lado, houve aumento em agosto no café moído: alta de 3,66% e contribuição de 0,02 ponto percentual para o IPCA-15. O grupo Alimentação e bebidas saiu de uma queda de 0,44% em julho para uma redução de 0,80% em agosto, resultando numa contribuição de -0,17 ponto percentual para a taxa de 0,19% registrada pelo IPCA-15 deste mês. O custo da alimentação no domicílio caiu 1,30% em agosto. A alimentação fora do domicílio aumentou 0,49%. A refeição fora de casa subiu 0,37%, e o lanche avançou 0,76%. Maiores pressões Oito dos nove grupos de produtos e serviços que integram o IPCA-15 registraram altas de preços em agosto. O aumento de 3,33% nos preços da gasolina exerceu a maior pressão sobre o IPCA-15 de agosto. A contribuição do subitem para a variação do índice foi de 0,17 ponto percentual, enquanto a **inflação** cheia chegou a 0,19%, informou o IBGE. Também figuraram no ranking de maiores pressões sobre o IPCA-15 de agosto os itens etanol (alta de 5,81% e impacto de 0,04 ponto percentual), plano de saúde (0,58% e 0,02 ponto percentual), gás de botijão (1,93% e 0,02 ponto percentual) e ensino superior (1,13% e 0,02 ponto percentual). Os gastos das famílias brasileiras com Saúde e Cuidados Pessoais passaram de uma elevação de 0,33% em julho para uma alta de 0,27% em agosto, uma contribuição positiva de 0,04 ponto percentual para o IPCA-15 deste mês. Em agosto, o avanço nos gastos com saúde foi pressionado pela alta de 0,58% nos planos de saúde. O subitem exerceu a terceira maior pressão individual sobre a **inflação** do mês, uma contribuição de 0,02 ponto percentual para o IPCA15, atrás apenas dos impactos da gasolina (0,17 ponto percentual) e do etanol (0,04 ponto percentual), componentes do grupo Transportes.

Dólar volta afechar acima dos R\$ 5,50

São Paulo - Após trocas de sinal pela manhã, reflexo da divulgação do IPCA-15 de agosto, o dólar se firmou em leve alta ao longo da tarde, acompanhando a valorização da moeda americana ante divisas latino-americanas.

Com mínima a R\$ 5,4778 e máxima a R\$ 5,5189, o dólar comercial à vista encerrou a sessão de ontem em alta de 0,18%, cotado a R\$ 5,5027. A moeda já acumula ganhos de 0,43% nos dois primeiros pregões desta semana, o que reduz as perdas em agosto para 2,7%.

Investidores estão à espera de indicadores americanos para calibrar apostas sobre a magnitude do primeiro corte de juros nos Estados Unidos. No Brasil são divergentes as opiniões sobre implicações da perda de fôlego da **inflação** para a próxima decisão do Comitê de Política Monetária nos dias 17 e 18 de setembro. A maioria dos economistas ouvidos pelo Broadcast vê o resultado do IPCA-15 como elemento que pode aumentar as chances de uma manutenção da taxa Selic em 10,5% ao ano. O indicador da **inflação** desacelerou da alta de 4,45% para 4,35% em 12 meses. Analistas alertam, porém, que as pressões inflacionárias não foram dissipadas.

A estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, Andréa Angelo, afirma que o IPCA-15 ter desacelerado em agosto é uma boa notícia. "A dúvida é se veio para ficar ou não", afirma.

O economista-chefe da Monte Bravo, Luciano Costa, observa que apesar de o IPCA-15 ter revelado composição "mais benigna", ainda espera que o Banco Central retome o ciclo de aperto monetário em razão de desancoragem de expectativas de **inflação** e de incertezas fiscais.

0,43% Este foi o ganho acumulado para a moeda norte-americana nos dois primeiros dias da semana.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11187>

Prévia da inflação de agosto tem alta de 0,19%

A prévia da **inflação** de agosto teve uma alta de 0,19%, após taxa de 0,30% registrada em julho. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que a maior variação (0,83%) e o maior impacto (0,17 p.p.) vieram do grupo Transportes, cujo o resultado foi influenciado pelos combustíveis (3,47%), principalmente pela gasolina (3,33% e 0,17 p.p.). (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/08/previa-da-inflacao-de-agosto-tem-alta-de-0-19.html>

Empresários pedem fim do saque-aniversário do FGTS

Rodrigo Péret

Empresários querem o fim do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), citando que o mecanismo coloca em risco os recursos para o setor de habitação devido ao direcionamento do dinheiro para este fim.

O presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, criticou os bancos que, na sua visão, estão faturando com os juros nas operações de empréstimos consignados sobre os recursos do **FGTS**.

"Dentro do **saque-aniversário**, 66% é alienação. A indústria bancária, ao fazer a alienação, estimula muito o **saque-aniversário**. Os bancos, realmente, estão ganhando muito dinheiro com o **saque-aniversário**", disparou França.

O **saque-aniversário** permite aos trabalhadores retirarem anualmente uma porcentagem do saldo do **FGTS**, mais uma parcela adicional, no mês de seu aniversário.

Uma vez escolhida, essa modalidade substitui o direito ao saque na hora da rescisão, em caso de demissão sem justa causa. A justificativa do governo ao implementá-la foi baratear o custo do crédito para trabalhadores em relação a outras operações de financiamento.

No mesmo dia, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Corrêa, reforçou o coro contra o mecanismo. "Os saques extraordinários do **FGTS** são extremamente danosos para a habitação e a salvaguarda do trabalhador", afirmou.

Vice-presidente de Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Espírito Santo (Ademi-ES), Alexandre Schubert também defende o fim da modalidade, que para ele, teve sua razão de existir, mas já não é mais adequado.

"Extingui-lo seria a melhor solução. Precisamos manter o **FGTS** em condições para financiar a habitação a custo barato. O **saque-aniversário** esvazia a principal fonte do financiamento imobiliário, em especial do Minha Casa, Minha Vida. Se isso não

acontecer, prejudicará todo o segmento e potenciais compradores", frisou.

Douglas Vaz, presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado, explica que liberar dinheiro do fundo para outras finalidades, seja pelo **saque-aniversário** ou por crédito consignado, pode ser prejudicial ao próprio trabalhador, por criar um endividamento com bloqueio em sua conta.

"Isso acabará o prejudicando nos momentos de real necessidade, como na compra de uma moradia, demissão, doença grave, entre outros. O governo só vai conseguir ampliar o Minha Casa, Minha Vida se tiver recursos para financiá-lo, e a poupança do **FGTS** é primordial para isso", avisou.

PRESIDENTE da Abrainc, França disparou contra bancos: "Estão ganhando muito dinheiro com **saque-aniversário**

Mudança para consignado

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, está analisando a implementação de uma transição de um ano para a nova modalidade de crédito consignado via plataforma **FGTS Digital**. A proposta visa substituir a antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS**.

De acordo com o estudo, durante o período de transição de 12 meses, os dois tipos de crédito - a antecipação do **saque-aniversário** e o novo consignado - coexistiriam.

A expectativa é que, após esse período, a antecipação do **saque-aniversário** seja descontinuada, mantendo apenas a modalidade de consignado para trabalhadores celetistas pela plataforma **FGTS Digital**.

Segundo Marinho, o objetivo é superar a resistência dos bancos que consideram a antecipação do **saque-aniversário** atraente.

Além disso, há preocupações dentro da equipe econômica sobre os possíveis impactos negativos no mercado de crédito do país. Em julho, o ministro afirmou que o projeto para terminar com o **saque-aniversário** seria enviado ao Congresso em breve.

Ele mencionou que, para facilitar a aprovação, o

crédito consignado seria liberado para a iniciativa privada.

"Nos momentos de necessidade real, prejudica o trabalhador, que acaba com o saldo do Fundo bloqueado"

Douglas Vaz. presidente do Sinduscon

"A modalidade do **saque-aniversário** esvazia a principal fonte do financiamento imobiliário"

Alexandre Schubert. vice da Ademi-ES

Federação dos bancos diz que maioria aprova a modalidade

A segunda edição da pesquisa Radar Febraban mostra que, na opinião de 63% dos entrevistados, o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) é ótimo ou bom para os brasileiros. Em rigor desde 2020, o **saque-aniversário** já é conhecido por 88% dos entrevistados.

Além disso, quando questionados se já fizeram uso do instrumento, 27% responderam positivamente. Outros 11% declararam que ainda não lançaram mão do benefício, mas que pretendem fazê-lo. Uma fatia de 25% da população, porém, assegura que não pretende usá-lo. Outros 34% dos disseram não possuir **FGTS**.